

CHARLES PEREIRA UDUWANAGE

**OS IMPACTOS DA CRISE DA VENEZUELA NA REGIÃO
NORTE DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia
apresentada ao Departamento de Estudos da Escola
Superior de Guerra como requisito à obtenção do
diploma do Curso de Altos Estudos de Política e
Estratégia.

Orientador: CMG (RM1-FN) Carlos Eduardo Malafaia.

Rio de Janeiro

2020

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

CHARLES PEREIRA UDUWANAGE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U21i	<p>Uduwanage, Charles Pereira</p> <p>Os impactos da crise da Venezuela na região norte do Brasil / CMG Charles Pereira Uduwanage. - Rio de Janeiro: ESG, 2020. 80 f.</p> <p>Orientador: CMG (RM1-FN) Carlos Eduardo Malafaia Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, 2020.</p> <p>1. Chávez Frías, Hugo, 1954-2013. 2. Maduro, Nicolas, 1962-. 3. Venezuela - Política e governo - 1999-. 4. Brasil - Relações exteriores - Venezuela. 5. Refugiados - Brasil. I. Título.</p> <p>CDD – 987.0642</p>
------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Elaborada pelo bibliotecário Antonio Rocha Freire Milhomens – CRB-7/5917

A todos da família que durante o meu período de formação contribuíram com ensinamentos e incentivos.

A minha gratidão, em especial, a minha esposa Simone e a minha filha Anna Beatriz, pela compreensão, como resposta aos momentos de minhas ausências e omissões, em dedicação às atividades da Escola Superior de Guerra.

AGRADECIMENTOS

Aos meus professores e instrutores de todas as épocas, por terem sido responsáveis por parte considerável da minha formação e do meu aprendizado.

Ao meu orientador, Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-FN) Carlos Eduardo Malafaia, pela amizade, paciência e sabedoria demonstradas no transcorrer do processo de elaboração deste trabalho, com orientações precisas, concisas e oportunas.

Aos estagiários da Turma do CAEPE-2020, Turma “Antártica: Novos Horizontes”, pelo convívio harmonioso e fraterno de todas as horas.

Ao Corpo Permanente da ESG, pelos ensinamentos e orientações que me fizeram refletir, cada vez mais, sobre a importância de se estudar o Brasil com a responsabilidade implícita de melhorá-lo.

RESUMO

A Venezuela, desde a morte de Hugo Chávez e ascensão ao poder do Presidente Nicolás Maduro, enfrenta uma crise sem precedentes em sua história contemporânea, com reflexos internos, principalmente, na área social e econômica, e externos, como o aumento do fluxo migratório para os países fronteiriços, como Brasil e Colômbia, o que acarreta problemas de ordem sanitária e ameaças a economia das cidades fronteiriças. As pressões políticas estão tornando insustentável a situação do governo do país, e tendem a aumentar ainda mais os problemas, o que dificulta a governabilidade, e podem ocasionar sérias implicações para o entorno estratégico do Brasil. As questões internas da Venezuela, desde 2014, não estão mais restritas às suas fronteiras, uma vez que mais de 4,5 milhões de pessoas já deixaram o país até 2019, e estão se deslocando, principalmente, para seus vizinhos da América do Sul, tendo como consequência o impacto em vários setores econômicos e sociais dos países receptores. Este trabalho discorre sobre a atual crise venezuelana, tendo como objetivo principal analisar como os impactos, de ordem social e econômica, causados pela crise da Venezuela, afetam a região Norte do Brasil. A metodologia adotada abrangeu uma pesquisa bibliográfica e documental, visando buscar referenciais teóricos de bibliografias produzidas por autores que se dedicaram a estudar o contexto da atual crise da Venezuela e suas consequências, além da experiência do autor como analista de inteligência. Os dados obtidos foram avaliados e interpretados através de leitura analítica e análise comparativa, expondo os antecedentes históricos de uma das maiores crises da história venezuelana, com uma abordagem dos fatores que conduziram Hugo Chávez ao poder central, e como foi desencadeada sua substituição pelo atual Presidente da República, Nicolás Maduro. Em seguida, detalha as crises da Venezuela, sob o ponto de vista social, político e econômico, e seus desdobramentos no cenário atual, bem como, aponta quais são os principais atores externos com interesses geopolíticos e econômicos na atual conjuntura de crises do país caribenho. Por fim, ao analisar os impactos da crise venezuelana na região Norte do Brasil, conclui-se que as cidades fronteiriças brasileiras não possuem estrutura para comportar o transbordamento de crises externas, através do êxodo de cidadãos dos países vizinhos, e propõe-se a elaboração de políticas públicas com o intuito de mitigar estes impactos.

Palavras-Chave: Venezuela. Hugo Chávez. Nicolás Maduro. Impactos da crise. Entorno estratégico do Brasil.

ABSTRACT

Venezuela, since the death of Hugo Chávez and the rise to power of President Nicolás Maduro, faces a crisis unprecedented in its contemporary history, with internal reflexes, mainly in the social and economic area, and external ones, such as the increase of the migratory flow to the border countries, such as Brazil and Colombia, which causes health problems and threats to the economy of the border cities. Political pressures are making the situation of the country's government unsustainable, and tend to increase the problems even more, which makes governance difficult, and can have serious implications for Brazil's strategic environment. Venezuela's internal issues, since 2014, are no longer restricted to its borders, since more than 4.5 million people have already left the country by 2019, and are moving mainly to their South American neighbors, resulting in the impact on various economic and social sectors in the recipient countries. This paper discusses the current Venezuelan crisis, with the main objective of analyzing how the social and economic impacts caused by the crisis in Venezuela affect the northern region of Brazil. The methodology adopted included a bibliographic and documentary research, aiming to seek theoretical references from bibliographies produced by authors who dedicated themselves to studying the context of the current crisis in Venezuela and its consequences, in addition to the author's experience as an intelligence analyst. The data obtained were evaluated and interpreted through analytical reading and comparative analysis, exposing the historical antecedents of one of the greatest crises in Venezuelan history, with an approach to the factors that led Hugo Chávez to central power, and how his replacement was triggered by the current President of the Republic, Nicolás Maduro. Then, it details the Venezuelan crises, from the social, political and economic point of view, and their developments in the current scenario, as well as pointing out the main external actors with geopolitical and economic interests in the current conjuncture of crises in the Caribbean country. Finally, when analyzing the impacts of the Venezuelan crisis in the Northern region of Brazil, it is concluded that Brazilian border cities do not have the structure to support the overflow of external crises, through the exodus of citizens from neighboring countries, and it is proposed to elaborate of public policies in order to mitigate these impacts.

Keywords: Venezuela. Hugo Chávez. Nicolás Maduro. Crisis impacts. Strategic surroundings of Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Fronteira do Brasil com a Venezuela	49
Quadro 1	- Venezuelanos atendidos nos serviços ambulatoriais em Boa Vista	50
Quadro 2	- Quantitativo de venezuelanos internados em Boa Vista	50
Quadro 3	- Venezuelanos atendidos nos serviços de saúde de Pacaraima	51
Figura 2	- Saldo migratório de venezuelanos no Brasil entre 2017 e 2019.	51
Figura 3	- Registro de Venezuelanos ativos e inativos/evolução por mês	52
Figura 4	- Solicitações de refúgio ativas e inativas – Total: 245.962	52
Figura 5	- Estrutura de Governança da Operação Acolhida	57
Figura 6	- Ordenamento da fronteira em números	59
Figura 7	- Números da interiorização dos imigrantes venezuelanos	60
Figura 8	- Volume de vendas do varejo	62
Figura 9	- Taxa de desocupação (%), Brasil, Região Norte e Roraima, 2012 a 2019	62
Quadro 4	- Admissão e demissão de venezuelanos em Roraima, por ano, 2011 a 2019	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AD	Ação Democrática
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALBA	Alternativa Bolivariana para as Américas
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
CD	Coordenadoria Democrática
CNE	Conselho Nacional Eleitoral
COPEI	Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
END	Estratégia Nacional de Defesa
FEDECAMARAS	Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MUD	Mesa da Unidade Democrática
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PDVSA	Petróleos de Venezuela
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
TSJ	Tribunal Superior de Justiça

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
1.1	Problema	10
1.2	Objetivo final	10
1.3	Objetivos intermediários	10
1.4	Delimitação do estudo	11
1.5	Relevância e justificativa do estudo	11
1.6	Referencial teórico	12
1.7	Metodologia	13
2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CRISE NA VENEZUELA	14
2.1	Fatores que levaram Hugo Chávez ao poder	15
2.2	O socialismo do século XXI	18
2.3	A ascensão de Nicolás Maduro	25
3	CRISES	27
3.1	Crise Política	27
3.2	Crise Econômica	32
3.3	Crise Social	33
4	ATORES EXTERNOS COM INTERESSES NA ATUAL CONJUNTURA	36
4.1	Cuba	36
4.2	Rússia	37
4.3	China	39
4.4	Estados Unidos da América	42
5	IMPACTOS DA CRISE VENEZUELANA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	47
6	CONCLUSÃO	65
	REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

A Venezuela, desde a morte de Hugo Chávez e ascensão ao poder do Presidente Nicolás Maduro, vem enfrentando uma crise sem precedentes em sua história contemporânea, com reflexos internos, principalmente, na área social e econômica, e externos, como o aumento do fluxo migratório para os países fronteiriços, como Brasil e Colômbia, acarretando problemas de ordem sanitária e ameaças a economia das cidades fronteiriças. As pressões políticas estão tornando insustentável a situação do governo do país, e tendem a aumentar ainda mais os problemas, inviabilizando a governabilidade, e podem ocasionar sérias implicações para o entorno estratégico do Brasil.

As questões internas da Venezuela, desde 2014, não estão mais restritas as suas fronteiras, na medida em que mais de 4,5 milhões de pessoas já deixaram o país até 2019, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), e estão se deslocando, principalmente, para seus vizinhos da América do Sul, tendo como consequência o impacto em vários setores econômicos e sociais dos países receptores.

Este trabalho intenciona analisar como os impactos, de ordem social e econômica, causados pela atual crise da Venezuela, estão afetando a região Norte do Brasil. Para tanto, com o intuito de facilitar o entendimento sobre o tema proposto, o relatório monográfico foi dividido em seis capítulos.

No primeiro capítulo, após uma breve introdução, será definido o problema que se pretende responder, bem como, serão apresentados o objetivo final e os objetivos intermediários, a delimitação do estudo, a relevância e a justificativa do assunto, o referencial teórico e a metodologia empregada.

O capítulo 2 expõe os antecedentes históricos de uma das maiores crises da história venezuelana, com uma abordagem dos fatores que conduziram Hugo Chávez ao poder central. Em seguida, será apresentada a sua proposta de um modelo econômico baseado no “Socialismo do Século XXI” (STEFFAN, 1996), e, por fim, como foi desencadeada sua substituição pelo atual Presidente da República, Nicolás Maduro.

O capítulo 3 detalha as crises da Venezuela, sob o ponto de vista social, político e econômico, e seus desdobramentos no cenário atual.

O capítulo 4 aponta quais são os atores externos com interesses na atual conjuntura de crises pelas quais está passando a Venezuela.

O capítulo 5 evidencia quais são os impactos da crise venezuelana na região Norte do Brasil, e será, por fim, seguido de uma conclusão sobre os dados levantados, compondo o capítulo 6.

1.1 Problema

Conforme abordado anteriormente, a crise venezuelana não está mais contida em seu território, uma vez que a migração em massa de sua população está causando reflexos em outros países. Estes reflexos podem ser de ordem psicossocial, como por exemplo, questões de saúde pública e aumento da criminalidade, ou de ordem econômica, como o desemprego e o aumento da inflação por falta de produtos para atender o aumento da demanda.

Assim, o problema que este trabalho propõe analisar pode ser representado pela seguinte indagação:

Quais são os impactos, sociais e econômicos, causados pela atual crise da Venezuela, na região Norte do Brasil?

1.2 Objetivo final

Pretende-se ao término deste trabalho responder a pergunta proposta como problema, ao atingir o objetivo de analisar como os impactos, de ordem social e econômica, causados pela atual crise da Venezuela, estão afetando a região Norte do Brasil.

Para atingir tal objetivo e compreender de forma global o problema, será necessário assimilar os objetivos intermediários apontados abaixo.

1.3 Objetivos intermediários

- Identificar as causas da atual crise política, econômica e social da Venezuela;
- Identificar os atores externos com interesse na atual crise da Venezuela;
- Identificar quais são os impactos de ordem social da atual crise da Venezuela na região Norte do Brasil; e
- Identificar quais são os impactos de ordem econômica da atual crise da Venezuela na região Norte do Brasil.

1.4 Delimitação do estudo

O trabalho pretende abordar a crise a partir dos antecedentes históricos que culminaram com a eleição de Hugo Chaves para Presidente da Venezuela, em 1999, pois estes antecedentes são essenciais para entender como foi o processo político, econômico e social que conduziu o país ao “Socialismo do Século XXI”, fato portador de futuro para a atual crise.

Além disso, a abordagem dos impactos da atual crise venezuelana no Brasil, ficará restrita à região Norte, pois se trata da região fronteira com aquele país, e que está sendo fortemente impactada com o elevado fluxo migratório, e com todos os problemas sociais e econômicos advindos do mesmo.

1.5 Relevância e justificativa do estudo

De acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional (2016b), “em termos geopolíticos, o Brasil dá prioridade a seu entorno imediato, definido como entorno estratégico, constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul, costa ocidental da África e a Antártica”. Como a atual crise venezuelana pode ter o potencial de causar impactos sociais e econômicos na América do Sul, é fundamental que este fenômeno seja estudado e acompanhado.

A atual crise na Venezuela já está impactando as cidades fronteiriças, ameaçando a economia local, aumentando os índices de criminalidade, criando um elevado fluxo migratório, que traz consigo problemas sanitários e de saúde pública, como a volta da disseminação do sarampo naquela região. O problema foi considerado gravíssimo pelo Governo brasileiro, que, entre outras ações, determinou o controle rigoroso de entrada na fronteira com aquele país, limitando a quantidade diária de migrantes, e determinou que as Forças Armadas, em cooperação com outros órgãos deflagrassem as Operações Acolhida e Controle.

Por este breve relato, já é possível observar que a crise naquele país amigo já está desencadeando impactos em alguns campos das Expressões do Poder Nacional, como o Político, o Psicossocial, o Militar e o Econômico.

A pesquisa visa identificar os fatores que contribuíram para que a Venezuela atingisse o atual estágio de conflitos sociais, econômicos e políticos, e analisar como o transbordamento desta crise para o Brasil pode impactar, a curto e médio prazo,

as áreas sociais e econômicas da região Norte, principalmente nas cidades mais próximas da fronteira, podendo ter reflexos diretos na Defesa, Segurança e Desenvolvimento.

Conforme atesta o Livro Branco de Defesa Nacional (2016b), “Crises econômico-financeiras, sociais, energéticas e ambientais podem ter reflexos para a paz e segurança em várias regiões do mundo”.

As preocupações sobre a temática proposta ganham maior importância quando observamos o que prevê a Política Nacional de Defesa (2016c, p. 8):

As fronteiras demandam atenção, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando e aproximando o País de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que através delas são perpetradas atividades criminosas transnacionais de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública e estreita cooperação com os países limítrofes.

1.6 Referencial teórico

Para a realização da pesquisa, será utilizado referencial teórico de bibliografias produzidas por autores que se dedicaram a estudar o contexto da atual crise da Venezuela e suas consequências.

Neste diapasão, é importante salientar a contribuição de Jones (2008), que buscou, nos primeiros capítulos de seu livro, identificar como, e em quais circunstâncias, surgiu o que ele denominou de “furacão Chávez”, e aponta os principais erros da elite política venezuelana que proporcionaram as condições favoráveis para a ascensão de Hugo Chávez ao poder em 1998.

Jones (2008) aborda, também, como o Presidente Chávez idealizou e colocou em prática o Socialismo do Século XXI, e suas críticas à hegemonia dos países desenvolvidos no cenário internacional, principalmente, aos Estados Unidos.

Como forma de comparação de dados relativos ao período em que Chávez permaneceu no poder, será, também, utilizada a contribuição de Gott (2004), na qual é feita uma abordagem jornalística e política sobre os fatos do período considerado.

Para a identificação de como foi a ascensão de Nicolás Maduro, atual Presidente da Venezuela, e o continuísmo da era Chávez, serão feitas leituras analíticas em artigos e livros tendo como base o artigo dos autores Bastos e Obregón (2018), no qual são analisadas as crises, política, econômica e social, que se instalaram na Venezuela, após a morte de Chávez. Os referidos autores fazem uma abordagem histórica sobre a política na Venezuela, identificando os principais fatores da instabilidade político-institucional do país.

Para levantar quais são, e o que querem, os principais atores externos em relação à crise da Venezuela, serão utilizados artigos produzidos por Júnior (2020) (2019a) e (2019b), do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, nos quais são feitas análises sobre o engajamento dos Estados Unidos, da China e da Rússia na referida crise, sob a ótica da geopolítica.

A identificação e análise das crises, econômica, social e política, da Venezuela será feita através da leitura analítica de artigos de periódicos e trabalhos acadêmicos que tenham como escopo as referidas crises, tendo como base os artigos escritos por Corazza e Mesquita (2019), e Pinto e Obregon (2018), que abordam o cenário atual e as consequências para o Brasil.

Como base legal e normativa sobre o tema, serão utilizados, também, documentos de órgãos públicos, principalmente os que tenham como escopo a Defesa, Segurança e Desenvolvimento Nacional, como a Política Nacional de Defesa (2016c), a Estratégia Nacional de Defesa (2016a) e o Livro Branco de Defesa Nacional (2016b).

1.7 Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida utilizando a metodologia proposta por Vergara (2016), que classifica o tipo de pesquisa quanto aos fins e meios.

Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva, pois tem como principal objetivo analisar os impactos econômicos e sociais que a atual crise da Venezuela está causando na região Norte do Brasil, através do esclarecimento das causas que levaram o referido país amigo a uma das maiores crises de sua história recente.

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica e documental, pois, durante a elaboração do relatório monográfico, foram obtidos dados em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas, ostensivos e de acesso público, bem como, foram utilizados alguns documentos ostensivos de órgãos públicos que tem relação com o objeto de estudo.

Os dados obtidos foram avaliados e interpretados através de leitura analítica e análise comparativa, culminando com a elaboração do relatório monográfico.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CRISE NA VENEZUELA

A exploração do petróleo na Venezuela teve início na década de 1920, sendo gradativamente substituído o modelo de exportações baseado no agronegócio, pelo mais rentável de exportação do “ouro negro” (BARROS, 2006).

Houve, então, a entrada de companhias estrangeiras, que passaram a controlar a exploração petrolífera e, segundo Barros (2006), foi neste período que houve uma mudança na postura do Estado, que, de liberal, passou a ter uma atitude mais ativa na economia, visando uma maior participação nos lucros.

Como o petróleo era primordial para a infraestrutura das maiores economias mundiais, mesmo na crise de 1929, e, ainda, no período da II Guerra Mundial (II GM), a economia da Venezuela foi pouco impactada em relação à outros países da América Latina, e a exportação do produto aumentava exponencialmente (SANTORO, 2009).

Em meados da década de 1950, a Venezuela tinha se tornado o maior país exportador, e segundo maior produtor mundial de petróleo (SANTORO, 2009). A economia, então, passou a ser, e continua até hoje em dia, totalmente dependente desta *commodity*, não havendo uma diversificação da estrutura produtiva do país, e, conseqüentemente, ela está fortemente sujeita à variação internacional do preço do barril.

A exploração do petróleo foi a atividade econômica que impulsionou o desenvolvimento da Venezuela, porém, a riqueza não foi distribuída de maneira igualitária, ficando concentrada com parcela do governo, da classe burguesa e das empresas estrangeiras, o que frequentemente gerava descontentamento entre os trabalhadores, a classe média e os militares, que exigiam maior participação política e direitos sociais.

O quadro político e social no pós II G M era caótico, com sucessões de golpes e instalação de juntas militares, até que, em 1958, a Ação Democrática (AD), maior partido político venezuelano e de tendência socialdemocrata, celebrou com o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), de tendência democrata-cristã, o Pacto de Punto Fijo, que previa a alternância do poder central por esses dois partidos, trazendo uma maior estabilidade política e uma ilusória democracia à Venezuela, já que este sistema excluía da disputa os demais partidos políticos. Conforme atesta Gott (2004), este pacto oligárquico foi arquitetado pelos

Estados Unidos visando dar maior estabilidade política ao seu importante fornecedor de petróleo.

Seguiu-se então um período, até o final da década de 1970, de relativa paz social e política, com eleições livres e diretas, realizadas sem tentativas de golpes, com os dois partidos se alternando no poder e nos principais cargos do Estado, e o preço do petróleo cada vez mais alto no mercado internacional, proporcionando desenvolvimento econômico à diversos setores da sociedade, porém, sem distribuição igualitária das riquezas.

A década de 1980, por outro lado, trouxe diversos problemas para a Venezuela, a começar pelo derretimento do preço do barril de petróleo no mercado internacional, que corroeu a economia, aumentou o nível de desigualdade social e miséria, e fez o país cair na espiral do desastre econômico e político (GOTT, 2004).

2.1 Fatores que levaram Hugo Chávez ao poder

Em 27 de fevereiro de 1989, ainda de madrugada, em Guarenas, cidade satélite que fica a 30 km a leste de Caracas, as pessoas que iam para os seus trabalhos se depararam com o aumento de preço das passagens dos transportes públicos, que praticamente dobraram de um dia para o outro, e começaram a protestar de forma espontânea.

Caótico, sem uma liderança ou qualquer tipo de organização, o movimento, que ficou conhecido como o *Caracazo*¹, foi ganhando força no decorrer da manhã e se espalhou por variadas cidades, influenciado pela cobertura da imprensa, principalmente, da televisiva (GOTT, 2004).

O estopim para a inquietude popular foi o pacote econômico neoliberal lançado pelo governo de Carlos Andrés Pérez, eleito, pela segunda vez, Presidente em dezembro de 1988, tendo assumido o cargo em fevereiro de 1989.

Uma das promessas de campanha do então candidato Andrés Pérez era enrijecer as negociações com os credores da dívida externa, normalmente representados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). No entanto, assim que assumiu o cargo, colocou em prática o pacote econômico negociado com o FMI, que previa, entre outras medidas, a redução dos gastos públicos através de cortes de

¹ Foram cinco dias de protestos, a partir do dia 27 de fevereiro de 1989. Começou com quebra-quebra de ônibus, por causa do aumento das passagens, e se estendeu para toda a Venezuela com saques, barricadas e muitas mortes. Estima-se que o número de mortos tenha chegado a quase 2000 venezuelanos (MARINGONI, 2004).

despesas em vários setores, inclusive o de programas sociais, desvalorização da moeda, redução do crédito, congelamento de salários e aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade (IGLECIAS; CARDOSO; STREICH, 2014).

Agravada pela queda do valor do petróleo no mercado internacional, as medidas econômicas neoliberais causaram imediata insatisfação popular e um grave aumento nos níveis de pobreza. Em um final de semana, a gasolina e, conseqüentemente, o preço dos transportes públicos, aumentou 100%, dando início a uma das maiores manifestações de revolta popular da América Latina, que foi combatida com violência pelo governo, que, entre outras medidas, decretou Estado de Emergência, com a suspensão de direitos civis, e toque de recolher a noite, com o saldo de milhares de mortos e feridos em todo o país.

Hugo Chaves, de família tradicionalmente ligada a movimentos revolucionários (GOTT, 2004), já estava, em sigilo, há pelo menos uma década, liderando o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), grupo, com vários membros das Forças Armadas, inspirado em destacados nomes da história venezuelana, e que simbolizavam a esquerda e sua luta revolucionária, principalmente, Simon Bolívar.

O MBR-200 estava esperando por uma oportunidade para iniciar sua revolução, porém, como o *Caracazo* foi um movimento instantâneo e espontâneo da população, não houve tempo para uma articulação dos seus líderes. O próprio Hugo Chaves, que era Major do Exército na época, estava de cama no dia da revolta, se recuperando de uma virose (GOTT, 2004). Os demais militares do grupo tiveram que participar dos combates aos cidadãos revoltosos, o que, de acordo com Gott (2004), teve um efeito devastador para o desenrolar dos acontecimentos políticos que estariam por vir, pois os militares bolivarianos do MBR-200 ficaram convencidos de que teriam que acelerar seus planos revolucionários.

Em fevereiro de 1992, o então Tenente-Coronel Hugo Chávez liderou cerca de dois mil militares e militantes do MBR-200, espalhados por algumas cidades, inclusive a capital, para tomar instalações estratégicas do governo. O movimento não deu certo, e acabou com os envolvidos presos. Porém, para Hugo Chávez, o movimento foi a oportunidade para projetar seu nome no cenário nacional.

Para evitar um maior derramamento de sangue, ele solicitou autorização para falar em cadeia de rádio e televisão, a fim de avisar aos demais militantes sobre o fracasso do movimento revolucionário, e solicitar a rendição dos que

estavam em outras cidades. Segue abaixo seu discurso, feito de improviso e sem nenhuma anotação, (GOTT, 2004, p. 102, grifo nosso):

Antes de mais nada, quero dizer 'bom dia' a todo o povo da Venezuela, mas esta mensagem bolivariana é dirigida, especialmente, aos valentes soldados do regimento de paraquedistas de Aragua e ao regimento de tanques de Valencia.

Companheiros: infelizmente, **no momento**, os objetivos a que nos propusemos não puderam ser atingidos na capital... Os que estávamos em Caracas não pudemos tomar o poder. Aí onde vocês estão, trabalharam bem, mas agora é tempo de refletir; novas possibilidades surgirão e o país terá a oportunidade de avançar definitivamente para um futuro melhor. Assim, pois, ouçam o que tenho para dizer: ouçam o comandante Chávez, que lhes envia esta mensagem, e, por favor, pensem bem. Baixem as armas, pois é certo que os objetivos que nos havíamos proposto em nível nacional não estão a nosso alcance. Companheiros, ouçam esta mensagem de solidariedade. Agradeço sua lealdade, sua coragem e sua generosidade desinteressada; diante do país e diante de vocês mesmos, **assumo pessoalmente a responsabilidade por este levante militar**. Obrigado.

O povo venezuelano ficou cativado por duas frases usadas por Chávez em seu discurso. Primeiro, ele deu a entender que a revolução teria seguimento, ao usar a expressão “no momento”. E, no fim do discurso, assumiu a responsabilidade por tudo, em uma demonstração de liderança que o povo não estava acostumado a ver em políticos.

Em novembro do mesmo ano, outro movimento ligado ao primeiro, e liderado pelo Vice-Almirante da Marinha Hernán Grüber Odremán, com o apoio do General Francisco Visconti Osório, da Força Aérea, se insurgiu, sem, no entanto lograr êxitos (GOTT, 2004).

A situação política estava insustentável para o governo de Andrés Pérez, que acabou sofrendo um processo de impeachment por corrupção, e afastado do poder, deixando um cenário de caos político e desordem econômica e social, com os índices de pobreza aumentando exponencialmente.

Em fevereiro de 1994, tomou posse como Presidente eleito Rafael Caldera, que já havia sido Presidente da Venezuela entre 1969 e 1974. Após algumas campanhas populares para a libertação de Hugo Chávez, Rafael Caldera decidiu, em março de 1994, conceder anistia aos envolvidos na tentativa de golpe de 1992.

Nos dois anos em que permaneceu na prisão, Hugo Chávez amadureceu seu projeto revolucionário, e ao ser libertado, decidiu chegar ao poder pelas vias democráticas, sendo um dos fundadores do partido político Movimento V República² (MVR), nucleado em um projeto de nacionalismo socialista (GOTT, 2004), e passou a

² O “V” representando o numeral romano cinco, com o significado de Quinta República (GOTT, 2004).

viajar pelo país buscando uma maior aproximação com a população, principalmente, com os mais pobres, e divulgação de suas ideias. Chávez percebeu que só seria possível colocar em prática seus projetos se houvesse uma mudança constitucional, portanto, havia duas premissas básicas caso o MVR chegasse ao poder: dissolver o Congresso e convocar uma Assembleia Constituinte.

A eleição de Rafael Caldera sinalizou o esvanecimento do sistema político pós-pacto de Punto Fijo, já que os dois partidos políticos que se alternavam no poder, a AD e o COPEI, somaram juntos apenas 46% dos votos, número bem inferior aos 83% que, em média, tinham em outras eleições. Houve, também, um número expressivo de abstenções, cerca de 40% do eleitorado, denotando grande insatisfação popular com as práticas políticas resultantes daquele pacto. Até mesmo Rafael Caldera, que ganhou sua primeira eleição para Presidente em 1969, pelo COPEI, tornou-se Presidente, em 1994, por uma aliança de partidos menores de oposição (LOPES, 2011).

Enquanto Hugo Chávez divulgava seu projeto antiliberal, com tendência nacional-socialista, o governo de Rafael Caldera não conseguia melhorar os indicadores econômicos e sociais do país. A inflação estava na casa dos 50% ao ano, em 1994 e 1995, e atingiu patamares superiores a 115% em 1996. O PIB venezuelano apresentou índices próximos, e até mesmo, abaixo de zero em 1994, 1996 e 1998, e cerca de 48% da população estava vivendo abaixo da linha da pobreza (IGLECIAS; CARDOSO; STREICH, 2014).

A instabilidade econômica e social do país foi um dos principais motivos para o fim da aliança de partidos políticos que colocaram Rafael Caldera no poder, o que, praticamente, inviabilizou a eleição de um sucessor.

Valendo-se de uma retórica de construção de uma democracia alicerçada na melhoria da qualidade de vida dos venezuelanos, com a melhor distribuição de riquezas provenientes da exploração do petróleo, e o combate às elites nacionais e internacionais, em 1998, Hugo Chávez foi eleito Presidente da República.

2.2 O socialismo do século XXI

Em 02 de fevereiro de 1999, Hugo Chávez assumiu a Presidência da Venezuela, e deixou claro suas intenções de refundação da República, e ruptura com a política das oligarquias do passado, como pode ser observado no trecho de seu discurso de posse (PEREIRA, 2014, p. 5):

Juro sobre esta Constituição moribunda que farei cumprir, impulsionarei as transformações democráticas necessárias para que a República nova tenha uma Carta Magna adequada aos novos tempos.

Segundo Williamson (2013), o primeiro passo para a ruptura com a oligarquia corrupta, e para as transformações democráticas sonhadas por Chávez, foi a realização de um referendo, em 1999, no qual 88% dos eleitores consentiram na realização de uma eleição para a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Com ampla maioria de apoiadores, 119 dos 131 assentos da Assembleia, Hugo Chávez conseguiu moldar a nova constituição do país de acordo com os seus interesses. Mudou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela; aumentou os poderes do Presidente, que passou a ter mandato de seis anos, com a possibilidade de reeleição para um mandato consecutivo; enfraqueceu os partidos que representavam a oligarquia e tornou a legislatura mais representativa, ao acabar com o congresso bicameral e instituir uma Assembleia Legislativa Nacional, composta de uma única Câmara, com 160 deputados eleitos por uma combinação de representação proporcional, e maior número de votos, em que cada estado teria um número mínimo de três cadeiras, independentemente do tamanho de sua população, e, ainda, a destinação de três cadeiras para representantes eleitos dos povos indígenas, dos quais existiam 26 grupos étnicos distintos, representando 1,4% da população venezuelana (WILLIAMSON, 2013).

A nova constituição foi aprovada em plebiscito por 77% dos votos (WILLIAMSON, 2013), abrindo o caminho para a reestruturação jurídica e institucional do país. Porém, para o fortalecimento do seu governo, ainda havia a necessidade de estabilizar a economia, o que estava diretamente relacionado com a urgência no aumento do preço do petróleo no mercado internacional.

Chávez pretendia melhorar o relacionamento do país com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP³), pois, desde o início da década de 1990, a Venezuela era vista como um país membro que não levava em consideração as decisões do órgão, ignorando as cotas e buscando elevar a produção, cativando empresas estrangeiras para explorar novos campos petrolíferos.

³ Criada em 14 de setembro de 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) é uma organização intergovernamental, que tem como objetivo a centralização da elaboração das políticas sobre produção e venda do petróleo dos países integrantes. Atualmente, os países membros da OPEP são: Argélia, Angola, Equador, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Venezuela. A Indonésia suspendeu a sua adesão em janeiro de 2009. A sede da OPEP está localizada em Viena, capital da Áustria (ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO, 2020).

Para tanto, reduziu a produção e exportação do produto, acatando as cotas determinadas pela OPEP, estratégia que fez com que os preços voltassem a subir no mercado internacional.

Para estabilizar a economia, o governo lançou, também, o Programa Econômico de Transição 1999-2000, proposta para o curto prazo que pretendia melhorar as condições econômicas e sociais, e construir as bases para o desenvolvimento, colocando o Estado como patrono dos interesses da população, devendo promover as atividades econômicas e regular a influência dos agentes econômicos, a fim de mitigar a concorrência desleal. O programa tinha três objetivos fundamentais: promover um crescimento econômico sustentado e diversificado, reduzir a inflação e aumentar o nível de empregos. (BARROS, 2006).

Com a melhoria de alguns indicadores socioeconômicos e o aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional, Hugo Chávez, em julho de 2000, se submeteu a um referendo popular para confirmá-lo como Presidente, sob os preceitos da nova constituição do país, tendo obtido vitória com 59% dos votos, com seus apoiadores conquistando 55% das cadeiras da nova Assembleia Nacional (WILLIAMSON, 2013).

Chávez, em 2001, aproveitando dos poderes conseguidos com a nova constituição, e tendo a maioria das cadeiras da Assembleia Nacional, conseguiu a aprovação das leis habilitantes, que eram um conjunto de 49 leis que visavam por em prática o sonhado Socialismo do Século XXI. As principais leis para o Projeto Bolivariano foram a Lei dos Hidrocarbonetos, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, e a Lei da Pesca, todas com impactos significativos na estrutura socioeconômica e política da Venezuela. Em resumo, a Lei dos Hidrocarbonetos aumentou a regulação e fiscalização do Estado sobre a indústria do petróleo, com o mote de reverter as privatizações realizadas no setor pela elite e governos anteriores; a Lei da Pesca garantia a continuidade da atividade do pequeno pescador, criando obstáculos para o desenvolvimento da indústria pesqueira; e, a Lei de Terras limitava a propriedade e produção rural, a fim de promover uma reforma agrária.

Tantas mudanças em tão curto período de tempo começaram a afetar as relações de poder e de interesses da elite venezuelana, o que, combinado com a ineficácia nas negociações do governo e dos partidos políticos que o apoiavam,

resultaram em conflitos políticos e, posteriormente, tentativas de golpes de Estado para destituir Chávez.

Ainda em 2001, a oposição tornou-se cada vez mais unida com o objetivo comum de tirar Hugo Chávez do poder, e começou a manifestar-se com mais vigor, sendo repelida com um grau cada vez mais intenso de força e autoritarismo do governo e seus partidos aliados. O país estava claramente dividido em dois grandes blocos. O dos aliados do Presidente, composto majoritariamente por organizações vicinais de bairros pobres e do grupo de partidos pequenos que o apoiavam, e o grupo oposicionista, composto pelos partidos políticos que representavam a antiga elite dominante, e, também, associações de empresas, gerentes da empresa Petróleos de Venezuela (PDVSA) e membros da hierarquia da igreja católica, que formaram uma organização política chamada Coordenadoria Democrática (CD), além disso, a oposição contava com o apoio dos Estados Unidos, de organismos internacionais, de corporações transnacionais e de alguns países alinhados com os interesses de Washington (PEREIRA, 2014)

Em 2002, já não havia mais condições de negociação e de diálogos entre os dois blocos, e começou a fase insurrecional do governo de Hugo Chávez, que representou, até então, o seu maior desafio. Esta fase foi marcada por três acontecimentos de maior relevância e impacto para a sociedade venezuelana (PEREIRA, 2014):

1º acontecimento - em 11 de abril, uma greve geral convocada pela Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio (FEDECAMARAS), foi brutalmente repelida por forças de segurança. Na confusão criada, militares contrários à Chávez o sequestraram e disseram que ele havia renunciado à Presidência. Com o apoio dos militares golpistas, assumiu a Presidência Pedro Carmona, que era o Presidente da FEDECAMARAS, que imediatamente destituiu a Assembleia Nacional e o Supremo Tribunal Federal, além de tornar nula a constituição recém-aprovada em plebiscito. Com o apoio popular, militares pró-Chávez efetuaram um contragolpe e o restituíram ao poder em 13 de abril.

2º acontecimento - em 02 de dezembro, foi decretada greve, por período indeterminado, da indústria do petróleo. A intenção era fazer o governo recuar em relação à lei de hidrocarbonetos. Apesar de não terem suas reivindicações atendidas, a greve durou nove semanas, nas quais houve paralisação quase total da produção de petróleo, tendo um impacto de 17,8% de redução do PIB no ano.

3º acontecimento - a oposição, aproveitando-se de um instrumento legal incluído na nova constituição, convocou para 15 de agosto de 2004 um referendo revogatório do mandato presidencial. Com 58,9% dos votos a seu favor, Hugo Chávez teve reafirmada a vontade popular para que ele prosseguisse com o “Socialismo do Século XXI”.

Ao término de todos estes acontecimentos houve a fragmentação da CD, e sua posterior dissolução, tendo a oposição, por falta de ambiente político, que abandonar os projetos para tirar Chávez do Palácio de Miraflores. Por outro lado, com a imagem fortalecida pelas tentativas frustradas da oposição, Chávez aumentou ainda mais a propaganda política focada na comunicação de massa, a fim de fazer a sua mensagem de união nacional e desenvolvimento chegar a toda a população.

O “Socialismo do Século XXI” consistia no rompimento com o neoliberalismo e a estatização de várias empresas privadas, sendo a principal delas a PDVSA, e a implementação de um projeto socialdemocrata, baseado em uma democracia participativa, na qual o povo auxiliaria no processo de tomada de decisões sobre os rumos do país. De fato, em várias ocasiões a população foi convocada para opinar, através de referendos, eleições e plebiscitos. O conceito foi criado por Heinz Dietrich Steffan, e ainda previa a substituição dos preços definidos pelo mercado por uma forma de precificação baseada no valor de trabalho (STEFFAN, 1996).

Em 2006, Chávez foi reeleito com 62,84% dos votos, ampla maioria que permitiria a continuação de seu projeto. Com o propósito de unir todos os partidos políticos que o apoiavam, criou o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), que se transformou no maior partido político venezuelano. Aproveitou o apoio popular que tinha para não renovar a concessão da Rede Caracas de Televisão (RCTV), acusando-a de ter feito parte e apoiado os movimentos conspiratórios do período de 2002 a 2004 (PEREIRA, 2014).

Em 2007, tentou aprovar uma reforma constitucional que lhe garantisse a possibilidade de permanecer no poder indefinidamente. Sua proposta foi recusada, sendo a primeira derrota política de seu governo. Nesse mesmo ano, Chávez buscou uma maior aproximação com Cuba através de programas sociais que levavam o atendimento médico e odontológico, com profissionais de saúde cubanos, para os bairros mais pobres do país. Em troca, Cuba recebia o petróleo venezuelano por preços muito aquém do praticado nos mercados internacionais (PEREIRA, 2014).

No campo internacional, Chávez procurou concretizar o sonho de Simón Bolívar de uma união dos Estados hispano-americanos, e com o apoio de Cuba, e financiamento proveniente do petróleo, lançou, em 2004, a Aliança Bolivariana para as Américas, que depois mudou de nome para Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), com uma clara proposta de oposição à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Tendo um viés socialista e antineoliberal, a ALBA-TCP defendia a diplomacia dos povos e o intercâmbio solidário entre as sociedades, e foi angariando, ao longo dos anos, mais países cujos governos eram de esquerda e progressistas, ou dependentes do financiamento venezuelano, como: Bolívia, Equador, Nicarágua, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Dominica, Santa Lúcia, Granada, e São Cristóvão e Nevis (WEBER, 2017) .

As principais propostas da ALBA-TCP eram : oferecer financiamento para comércio e infraestrutura, bem como, para reduzir os problemas orçamentários provenientes da importação de energia; investimentos diretos em projetos sociais, com destaque para saúde e educação; e, assinatura de acordos comerciais que não fossem baseados unicamente na reciprocidade material e financeira (CICERO, 2015).

Com 54,36% dos votos, Hugo Chávez conseguiu aprovar no dia 15 de fevereiro de 2009, em referendo popular, a possibilidade de reeleição ilimitada para os cargos do executivo e legislativo, o que permitiria sua candidatura para as eleições de 2012. Apesar da derrota, a oposição comemorou o alto índice de abstenções, que foi de cerca de 6 milhões de eleitores, e, também, a sua expressiva margem de votos, cerca de 5 milhões, bem superior ao ocorrido nas eleições de 2006 (WILLIAMSON, 2013).

Capitaneada pelos EUA, várias foram as críticas internacionais ao processo eleitoral, e ao autoritarismo do governo venezuelano, que era acusado, desde a tentativa de golpe de Estado de 2002, de tentar anular direitos civis e de liberdade de expressão, perseguindo órgãos de imprensa, e de, após as eleições de 2006, ter comandado o país por decreto durante 18 meses (WILLIAMSON, 2013).

A perda do fôlego político do chavismo foi confirmada nas eleições parlamentares de 2010, quando a oposição conseguiu ocupar um significativo número de cadeiras para o mandato de 2011 a 2016. O governo passou a ter maioria simples da Assembleia Nacional, o que representava uma derrota política.

Hugo Chávez foi diagnosticado de câncer em 2011, e iniciou tratamento em Cuba. Mesmo assim, continuou em campanha para reeleição no pleito que aconteceria no ano seguinte, do qual sairia vencedor com 55% dos votos. Seu estado de saúde se agravou, e, conforme determinado por Chávez, seu vice, Nicolás Maduro, assumiu em seu lugar, para dar continuidade ao seu mandato e para, em caso de morte de Chávez, convocar novas eleições.

Chávez veio a falecer em 05 de março de 2013, e, com o apoio das Forças Armadas, Maduro assume o poder, apesar das ferrenhas críticas da oposição, que o acusava de golpe anticonstitucional para tomar posse, pois, de acordo com a constituição, quem deveria assumir seria o Presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello (também do PSUV- partido de Chávez). As tentativas de impugnação na justiça também fracassaram, e Maduro permaneceu até as novas eleições, marcadas para 14 de abril.

De certa forma, Hugo Chávez conseguiu reduzir os indicadores de pobreza e de mortalidade infantil, com os programas sociais e o processo de distribuição da renda proveniente da exploração do petróleo, enquanto a valor da commodity ainda estava alto. Quando o preço do barril voltou a cair, a partir de 2008, houve um recrudescimento gradual da pobreza, tendo se agravado mais nos dois últimos anos de seu governo.

Para conseguir colocar em prática o Socialismo do Século XXI, teve que aparelhar o Estado, principalmente, a Assembleia Nacional e o Supremo Tribunal de Justiça, e, com as mudanças que conseguiu implementar na Constituição, conseguiu uma forma de se perpetuar no poder, causando o esvaecimento da democracia e aumento do autoritarismo no país.

Com forte apelo emocional pela morte de seu líder Hugo Chávez, a população foi às urnas e elegeu Nicolás Maduro Presidente com apenas 50,75% dos votos, derrotando Henrique Capriles, que obteve 48,97% dos votos (BASTOS ; OBREGÓN, 2018), margem tão pequena que demonstrou claramente que a Venezuela estava dividida em relação à manutenção do chavismo, e do projeto do socialismo do século XXI.

2.3 A ascensão de Nicolás Maduro

Sem ter o mesmo carisma de seu padrinho político e mentor Hugo Chávez, Nicolás Maduro assume o poder com baixo apoio popular, representado pela reduzida margem de vantagem de votos que obteve frente à oposição, liderada por Henrique Capriles, da coalizão de partidos Mesa da Unidade Democrática (MUD). Além disso, inicia seu governo em um país em crise de falta de produtos básicos de subsistência, forte crise no setor de energia elétrica, inflação em níveis cada vez maiores, forte desvalorização cambial e queda vertiginosa no PIB (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

Para piorar ainda mais o quadro político, alegando fraude eleitoral e manipulação da contagem dos votos, já que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) era majoritariamente chavista, a oposição convocou manifestações nos dias seguintes à eleição, visando à anulação do sufrágio. Por outro lado, Maduro acusava a oposição antichavista de conspirar para tornar o país ingovernável, aumentando a polarização política.

No cenário internacional, a eleição de Nicolás Maduro foi bem aceita pelos países que tinham ligação ideológica com o regime chavista, e pela União das Nações Sul-americanas (UNASUL), porém, não foi bem aceita pelos Estados Unidos, que também exigiu a recontagem dos votos, alimentando ainda mais o discurso de ódio dos opositoristas.

Em junho de 2013, a CNE conseguiu terminar a auditoria solicitada pela oposição, e ratificou a vitória de Maduro, que deu início ao seu projeto de governo de continuidade da implantação do socialismo do século XXI, tendo como foco o aumento da produção e exportação do petróleo, a erradicação da miséria e a diversificação da economia, com a criação de novos polos produtivos (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

Os problemas com o setor privado começaram em novembro de 2013, quando Maduro estipulou medidas intervencionistas para reduzir o preço dos produtos comercializados no país, diminuindo a margem de lucro dos comerciantes, levando várias lojas à falência. Ainda em novembro, conseguiu aprovar na Assembleia Nacional a Lei Habilitante, com as mesmas diretrizes já conseguidas anteriormente por Hugo Chávez, que lhe possibilitavam legislar por decreto no período de um ano (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

Para manter e aumentar o apoio dos militares, Maduro decretou a promoção em massa de vários componentes das Forças Armadas, além de aumentar seus salários para patamares 60% maiores do que no governo Chávez.

Em 2014, a desvalorização do petróleo no mercado internacional deu continuidade aos problemas econômicos e sociais que assolavam a Venezuela desde os últimos anos do governo de Hugo Chávez. Sem os lucros provenientes da indústria petrolífera, o país reduziu a importação de vários produtos, causando escassez de mercadorias básicas, como remédios, alimentos e papel higiênico, nas prateleiras dos mercados. Para piorar ainda mais, a PDVSA, por causa da falta de investimentos, desde a era Chávez, estava com suas plantas de produção sucateadas, e passou, cada vez mais, a reduzir a sua produção de barris de petróleo.

A oposição, liderada por Leopoldo López, Dirigente do partido Vontade Popular (VP), iniciou uma série de manifestações violentas, entre fevereiro e maio de 2014, em uma estratégia que ficou conhecida como *La Salida*, com a intenção de derrubar o governo de Maduro através de pressão popular que pedia a sua demissão. Estima-se que mais de 40 pessoas, entre chavistas e opositores, foram mortas durante os protestos (OPOSITOR, 2015).

A imprensa nacional e internacional fez a cobertura de todos os protestos e divulgou as cenas da violência que se instaurou no país, aumentando ainda mais o ambiente de polarização, e o desgaste político do Presidente Maduro, que determinou a prisão de Leopoldo López. A partir de então, a Venezuela passou a conviver com uma série de crises que serão abordadas no próximo capítulo.

3 CRISES

A era Hugo Chávez, que durou 14 anos, representou a quebra de um regime neoliberal que estava aumentando os índices de pobreza na Venezuela. A forte insatisfação popular, acrescida do carisma e da retórica contrária à hegemonia americana, fez Chávez ascender à categoria de uma espécie de herói nacional, que livraria o povo da fome e da miséria.

Como visto anteriormente, o forte investimento em programas sociais, financiados pelo dinheiro oriundo do petróleo, realmente diminuiu a pobreza, porém, a falta de investimento em infraestrutura e na prometida diversificação da economia, conduziu o país novamente ao caos, no seu último ano de governo, com o aumento da inflação e diminuição do PIB.

Nicolás Maduro herdou de seu mentor um país que já não podia contar com a pujança econômica provida pelos altos preços de venda do petróleo no mercado internacional, principalmente após 2014, quando o preço da commodity despencou, agravando a crise econômica e social.

Segundo Vaz (2017), a atual crise venezuelana tem como principais causas três fatores: a perda de condições de governabilidade do Presidente Nicolás Maduro, em um ambiente de elevado desgaste da sua legitimidade, em virtude da utilização de atitudes antidemocráticas e de medidas de exceção, e do aumento do seu isolamento internacional; fortes desequilíbrios macroeconômicos, no campo externo, e elevada desestruturação no plano microeconômico, corroendo cada vez mais a economia do país; e, o agravamento da crise social e aumento da miséria, tendo como principais consequências o aumento da criminalidade e da violência.

Nas próximas seções deste capítulo, serão abordadas as atuais crises política, econômica e social que assolam a Venezuela, com sérias consequências para o entorno estratégico do Brasil.

3.1 Crise Política

Com a morte de Hugo Chávez, a oposição percebeu que estava na hora de enviar todos os esforços para tomar o poder. Maduro não possuía nem de longe a penetração que Chávez tinha com a população venezuelana, principalmente entre os mais pobres.

Os primeiros passos neste sentido foram dados logo após a eleição de Maduro, que por uma margem de, aproximadamente, apenas 1,5% de diferença

para Henrique Capriles, claramente não possuía o apoio popular para dar continuidade ao projeto chavista.

Assim, várias manifestações marcaram o início do governo de Maduro, que, para piorar ainda mais a sua situação, entrou em confronto direto com os opositores, ao invés de tentar um tom conciliatório, combatendo com violência as manifestações, além de, no campo econômico, respaldado pela aprovação das leis Habilitantes, ter expedido vários decretos antidemocráticos, que afetaram diretamente os comerciantes, e, indiretamente, a população, pois, juntamente com a derrubada dos preços do petróleo, foram responsáveis pelo desabastecimento de produtos e pela alta inflação que atingiu a Venezuela.

Em 2015, devido a todos os problemas socioeconômicos vivenciados pelo governo Maduro, o PSUV perdeu a maioria na Assembleia Nacional para a oposição, representada pela congregação de partidos MUD, após as eleições de dezembro de 2015. A partir de então, todos os projetos encaminhados pelo governo para o legislativo eram rejeitados, e vários projetos de lei adversos à ideologia bolivariana foram aprovados (BASTOS ; OBREGÓN, 2018).

Como o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) era totalmente alinhado com o governo, logo após a assunção, em janeiro de 2016, da nova legislatura da Assembleia Nacional, os mandatos de alguns parlamentares opositores foram considerados fraudulentos pela Suprema Corte, e, como as ordens de impugnação emanadas não foram cumpridas, a Assembleia Nacional foi considerada em desacato, sendo suas decisões anuladas e tornadas sem efeito legal (BASTOS ; OBREGÓN, 2018).

Para reverter a situação, a oposição tentou, durante todo o ano de 2016, recolher assinaturas para instaurar um referendo revogatório, conforme previsto na constituição, a fim de retirar Maduro do poder, porém, o CNE e o STJ sustaram todas essas tentativas, argumentando que as assinaturas teriam sido recolhidas de forma fraudulenta (OS ANOS, 2019).

Em 2017, visando enfraquecer a Assembleia Nacional com maioria de parlamentares opositores, Maduro decide instituir uma Assembleia Constituinte, dando a ela poderes para propor e aprovar leis, sem instaurar nenhum referendo prévio. A oposição acusa o governo de usurpar as leis e a soberania popular, e convoca várias manifestações que tiveram adesão maciça da sociedade, sendo reprimidas com violência pelas forças de segurança do Estado, resultando em

centenas de mortos e feridos, e denúncias de que as tropas chavistas estavam executando e prendendo pessoas não alinhadas com o regime. (OS ANOS, 2019).

A comunidade internacional, principalmente Estados Unidos, Colômbia, Costa Rica, Canadá, Argentina, Panamá, Peru e Brasil (CONSTITUINTE, 2017), repudiou a nova Constituinte criada por Maduro, e acusou o governo venezuelano de ruptura da ordem constitucional, e de atuar com violência na repressão às manifestações. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil emitiu a nota abaixo (BRASIL, 2017):

O governo brasileiro lamenta profundamente a decisão do governo da Venezuela de rejeitar os pleitos da comunidade internacional pelo cancelamento da convocação de uma assembleia constituinte nos termos definidos pelo Executivo. A iniciativa do governo de Nicolás Maduro viola o direito ao sufrágio universal, desrespeita o princípio da soberania popular e confirma a ruptura da ordem constitucional na Venezuela.

A Venezuela dispõe de uma Assembleia Nacional legitimamente eleita. Empossada, a nova assembleia constituinte formaria uma ordem constitucional paralela, não reconhecida pela população, agravando ainda mais o impasse institucional que paralisa a Venezuela.

O governo brasileiro manifesta a sua grave preocupação com a escalada da violência em face do acirramento da crise, agravada pelo avanço do governo sobre as instâncias institucionais democráticas ainda vigentes no país e pela ausência de horizontes políticos para o conflito.

O governo brasileiro condena o cerceamento do direito constitucional à livre manifestação e repudia a violenta repressão por parte das forças do Estado e de grupos paramilitares, como a que aconteceu ao longo do dia de hoje.

Diante da gravidade do momento histórico por que passa a Venezuela, o Brasil insta as autoridades venezuelanas a suspenderem a instalação da assembleia constituinte e a abrirem um canal efetivo de entendimento e diálogo com a sociedade venezuelana, com vistas a pavimentar o caminho para uma transição política pacífica e a restaurar a ordem democrática, a independência dos poderes e o respeito aos direitos humanos.

Os Estados Unidos impõem uma série de sanções financeiras, contra indivíduos e empresas venezuelanas, e acusam a administração de Maduro de cometer várias violações aos direitos humanos, de atitudes antidemocráticas e de direta responsabilidade pelo agravamento da crise humanitária que se abateu no país (SEELKE, 2020). Além disso, a Venezuela é suspensa do MERCOSUL, por atitudes antidemocráticas que violam o estatuto da entidade, complicando ainda mais a saúde econômica do Estado.

Apesar de todos os problemas socioeconômicos, nas eleições dos governos estaduais, no final de 2017, o chavismo obteve vitória, ao eleger 18 de 23 Governadores. A oposição, antes mesmo das eleições, já tinha informado à comunidade internacional sobre a grande possibilidade de fraude e manipulação dos votos, porém, o resultado anunciado pelo CNE foi muito aquém do esperado pela

oposição, pois nas pesquisas realizadas a MUD ganharia em 14 estados (MEZA, 2017).

Em maio de 2018, Maduro vence, com 68% dos votos, o opositor Henri Falcón, e se reelege para um mandato de 6 anos, porém, o sufrágio não foi reconhecido por grande parte da comunidade internacional, e muito menos pela oposição. Houve um índice de 54% de abstenções, e as pesquisas assinalavam 75% de rejeição ao governo de Maduro, o que serviu de argumento para os opositoristas alegarem fraude (ENTENDA, 2019).

Em 10 de janeiro de 2019, no plenário do STJ, Maduro tomou posse para o seu segundo mandato, que não foi reconhecido pela Assembleia Nacional, e o então Presidente da casa legislativa, Juan Guaidó, convocou uma manifestação para 23 de janeiro, da qual participaram milhares de pessoas, e, ao término, se declarou Presidente Interino. Imediatamente após, Os Estados Unidos reconheceram Juan Guaidó como legítimo representante do poder executivo, sendo acompanhado por mais 42 países, incluindo o Brasil, aumentando, ainda mais, o isolamento internacional de Maduro (CASTEDO, 2019). Apenas 14 países, entre eles seus tradicionais aliados Cuba, Irã, Rússia e China, divulgaram notas diplomáticas contrárias ao que denominaram intervenção estrangeira nos assuntos internos da Venezuela.

Em virtude da falta de gêneros básicos, uma das primeiras atitudes de Juan Guaidó foi solicitar doações de países amigos, porém, Maduro declarou que não iria permitir nenhum tipo de ajuda humanitária, pois, na verdade, tudo seria parte de um plano de invasão à Venezuela (CASTEDO, 2019).

Para evitar o apoio logístico de países fronteiriços, como Colômbia e Brasil, Maduro determinou o fechamento das fronteiras terrestres. O povo foi mais uma vez para as ruas para protestar e solicitar que o governo e os militares permitissem que o apoio com medicamentos e alimentos fosse liberado. Com violência que deixou pelo menos 3 pessoas mortas e centenas de feridos, as Forças Armadas reprimiram o movimento, contudo, aproximadamente 60 militares desertaram e pediram asilo à Colômbia (ENTENDA, 2019).

Para consolidar o apoio internacional, Guaidó passou a percorrer alguns países aliados. Começou pela Colômbia, onde participou de uma reunião do Grupo

de Lima⁴ que consentiu na associação da Venezuela, tendo o Presidente Interino como representante legal (ENTENDA, 2019). Na sequência, esteve no Brasil, no Paraguai, Argentina e Equador, e participou de reuniões com os Presidentes destes países.

Maduro anunciou que prenderia Juan Guaidó quando este retornasse ao país, todavia, recuou, com receio de uma grande reação internacional, principalmente dos Estados Unidos, que ameaçou dar uma “rápida resposta” caso Maduro cumprisse a ameaça (ENTENDA, 2019).

No final de março, uma nova crise internacional teve como palco a Venezuela. A Rússia enviou dois aviões da Força Aérea com 99 militares e 35 toneladas de material. A tensão aumentou quando Donald Trump avisou que os militares russos deveriam sair do país. Segundo analistas, mesmo para os padrões da época da Guerra Fria, a presença de militares russos em um país sul-americano pressionado pelos Estados Unidos para uma alteração de governo, foi vista como atípica (ENTENDA, 2019).

Os sinais de que a infraestrutura venezuelana estava entrando em colapso apareceram quando, a partir de março, uma série de blecautes atingiu 22 dos 23 estados do país, durante 11 dias, causando falta de água, problemas no setor bancário, crise hospitalar e redução ainda maior na produção de petróleo (ENTENDA, 2019). Ao blecaute, seguiram-se novas manifestações em todo o país.

A crise política parece não ter fim, e, em março de 2020, atingiu um novo patamar com as acusações dos Estados Unidos de que Maduro e outros membros do alto escalão do governo seriam associados ao tráfico de drogas, e teriam cometido outros crimes, como corrupção e lavagem de dinheiro. Uma recompensa de US\$ 15 milhões foi oferecida por sua captura e traslado, para cumprir a pena em solo norte-americano (POR QUE, 2020).

Segundo Maduro, em 03 de maio de 2020, as forças de segurança da Venezuela conseguiram debelar uma tentativa de invasão marítima de um grupo paramilitar da empresa privada Silvercorp, que visava a sua captura ou assassinato,

⁴ Grupo de Lima refere-se à congregação de chanceleres de países das Américas formada em 8 de agosto de 2017, na capital do Peru, Lima, com o objetivo declarado de abordar a crítica situação da Venezuela e explorar formas de contribuir para a restauração da democracia naquele país, através de uma saída pacífica e negociada. O grupo é composto por Argentina, Brasil, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru. Os Estados Unidos, embora não integrem oficialmente o grupo, participam das reuniões (ROSSI, 2019).

e que teria por trás o financiamento estadunidense e o apoio da Colômbia, de onde teria partido o ataque, e, ainda, a participação da oposição venezuelana. Neste evento, pelo menos 16 pessoas teriam sido presas, incluindo dois norte-americanos, e oito teriam morrido. Os Estados Unidos, a Colômbia e os opositoristas negaram qualquer tipo de participação no caso (PARDO, 2020), porém, Maduro aproveitou a oportunidade para alimentar a retórica anti-imperialista, transformando o ocorrido em um show midiático, que incluiu a confissão de um dos americanos televisionada para todo o mundo.

3.2 Crise Econômica

A Organização Mundial do Comércio (OMC) estima que 96% do total de exportações da Venezuela são provenientes da indústria do petróleo. Segundo a OPEP, o barril de petróleo, que chegou a atingir o valor de US\$ 140 em 2008, veio caindo desde então, tendo atingido o valor de US\$ 28 no final de 2014. Houve um pequeno aumento gradual ao longo dos anos, e, em 2019, a commodity atingiu o valor médio de US\$ 80,00 (CHAGAS, 2019).

Por falta de investimentos no setor petrolífero, e o consequente sucateamento das plantas produtoras, houve uma grande diminuição da produção diária de barris, que passou de mais de 3 milhões de barris por dia em 1999, primeiro ano de governo de Hugo Chávez, para 1,5 milhões em 2019, nível mais baixo em 33 anos (CHAGAS, 2019).

A criação da Petrocaribe, por Hugo Chávez, também colaborou para a atual crise, pois os países caribenhos aliados do chavismo recebiam o petróleo a preço muito baixo, em relação ao praticado no mercado internacional, e com prazos de financiamento muito longo, comprometendo o fluxo de caixa da PDVSA (CHAGAS, 2019).

Para piorar ainda mais, os EUA passaram a ser grandes produtores de petróleo e gás pelo método de fraturamento hidráulico de rochas (CHAGAS, 2019), e, conseqüentemente, passaram a importar menos da Venezuela. Além disso, as sanções impostas pelos norte-americanos à PDVSA agravaram ainda mais o quadro, pois, com medo das represálias, várias empresas estrangeiras deixaram de comprar da empresa estatal venezuelana.

Como não houve a prometida diversificação da economia venezuelana, o impacto provocado pela crise do petróleo foi muito forte, sendo o maior responsável

pela queda no PIB do país, que, segundo o Banco Central da Venezuela (BCV), foi de 52,3% desde que Maduro assumiu o poder em 2013 (SINGER, 2019), atingindo diretamente o financiamento dos programas sociais, e, como a Venezuela empregava os lucros da venda de petróleo para importar quase tudo de que necessitava, as importações de produtos básicos, como remédios e alimentos também foram fortemente impactadas.

A inflação em 2018, de acordo com o BCV foi de 130.060%, e, em 2019, conforme aponta o FMI, atingiu 200.000%, destruindo o poder de compra dos venezuelanos (SINGER, 2019). Para tentar recuperar o poder de compra, Maduro tem reajustado o salário mínimo no país periodicamente, porém, não há como ocorrer tal recuperação com uma inflação tão alta. O valor do salário mínimo, que foi reajustado em 77,7%, passou de 450.000 para 800.000 bolívares, em maio de 2020, o que equivale a 4,6 dólares pelo câmbio oficial (SALÁRIO, 2020).

As estatizações, promovidas desde o governo de Hugo Chávez, também favoreceram o enfraquecimento da economia, pois houve acentuada queda de produtividade destas empresas, e aumento da corrupção. Além disso, o governo Maduro passou a controlar artificialmente a inflação, visando controlar os preços, o que afundou com várias indústrias locais, fazendo aumentar a dependência por importações de produtos básicos, que com a falta de dinheiro do governo, passaram a sumir das prateleiras.

3.3 Crise Social

De acordo com dados da *United Nations* (2020), a população da Venezuela é de pouco mais de 33 milhões de habitantes, que estão enfrentando a maior crise de todos os tempos, com uma hiperinflação galopante, racionamento de alimentos e remédios e aumento de criminalidade.

Segundo a *Human Rights Watch* (2020), o Ministério da Saúde venezuelano relatou que, em 2016, a mortalidade materna cresceu em 65%, a mortalidade infantil cresceu 30%, e os casos de malária cresceram em 76%. Alguns dias depois da divulgação, a Ministra da Saúde foi exonerada, e o governo parou de publicar dados epidemiológicos.

Doenças como a tuberculose, sarampo e difteria, que já haviam sido erradicadas da Venezuela, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde, tiveram um gradual incremento, e houve, também, um incremento da percentagem

estimada de crianças menores de cinco anos com desnutrição moderada ou grave, que de 10% em fevereiro de 2017, passou para 17% em março de 2018. Além disso, 80% das famílias estariam sofrendo com a insegurança alimentar e, conseqüentemente, com a fome, e, estima-se que, em média, os venezuelanos emagreceram 11 quilos. Houve, ainda, um salto nos níveis de pobreza extrema, que passou de 23,6%, em 2014, para 61,2%, em 2018 (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020).

No governo Maduro, a violência tomou conta das ruas de todas as cidades. As muitas manifestações foram reprimidas com extrema força pelos órgãos de segurança pública, principalmente, pelas Forças Armadas, pela Guarda Nacional e pelos *colectivos*, grupos armados bolivarianos que atuam pró-governo. Conforme pontua a *Human Rights Watch* (2020), desde 2014, mais de 15.000 pessoas foram encarceradas, nem todas eram manifestantes, muitas eram testemunhas e famílias que tinham a casa invadida, sem nenhum mandato de busca e apreensão, com claros sinais de violação dos direitos humanos.

Pode ser percebida, também, a falência do sistema judiciário do país, com o controle absoluto de Maduro sobre os atos emanados pela suprema corte, que, em alguns casos, permite o julgamento de civis opositores por tribunais militares, em desacordo com a Constituição venezuelana.

É difícil estimar como estão os dados relativos ao aumento dos homicídios e da criminalidade em geral no país. As autoridades e fontes oficiais registram dados muito inferiores aos de ONGs e de pesquisas universitárias. Mas, é certo que em um país com o nível de miséria que atingiu a população, estes dados são alarmantes.

O governo, através do Ministro do Interior e Justiça Néstor Reverol, diz que as taxas de homicídios estão caindo, tendo sido registrado em torno de 30 homicídios para cada 100.000 habitantes em 2018, em comparação com o registrado em 2016 e 2017, respectivamente, 56 e 47 por 100.000 habitantes. Afirma, também, que, desde 2016, as forças de segurança já mataram 18 mil pessoas em casos qualificados por elas como "resistência à autoridade" (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020).

Porém, segundo a ONG Observatório Venezuelano da Violência (OVV), que conta com o endosso das sete maiores universidades do país, a taxa de homicídios em 2017 foi de 89 para cada 100 mil habitantes, quase o dobro do apontado pelo governo. A OVV aponta, ainda, que somente em 2017 foram 26.619 homicídios

(HUMAN RIGHTS WATCH, 2020). Não fica claro, contudo, qual a contribuição dos crimes comuns que assolam o país, como atuação do tráfico de drogas e latrocínios, com as altas taxas de homicídios apontadas pela OVV.

Crianças e adolescentes também estão contribuindo para o aumento da criminalidade, conforme atesta o sociólogo e diretor do OVV, Roberto Briceño-León (BRICEÑO-LEON; CAMARDIEL; PERDOMO, 2019, p. 84, tradução nossa):

Muitas crianças vão para as ruas porque as famílias não têm como oferecer alimentos dentro de casa. Então eles saem ou, em outros casos, são mandados (às ruas) pelos próprios pais. Os menores se unem a grupos nas ruas buscando o que comer. Em alguns casos, acontece a incorporação de crianças ou de jovens em gangues criminosas compostas por adultos. Eles são seduzidos pela oferta de alimentos ou de artigos básicos como um refrigerante, uma coca-cola, coisas deste tipo que a família, que sequer tem o que comer, pode comprar.

Diante de um cenário de total caos social, provocado por intermináveis crises econômicas e políticas, a emigração tornou-se a única opção para muitos venezuelanos, em busca de uma melhor qualidade de vida para suas famílias. Nesse escopo, O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estima que cerca de 4,5 milhões de pessoas já abandonaram o país desde 2014. Estes números podem ser maiores, dado que muitas pessoas entram ilegalmente, e sem ser computadas pelas autoridades dos países receptores, sendo os principais a Colômbia (mais de 1,2 milhão), o Peru (mais de 768 mil), o Chile (288 mil), o Equador (263 mil) e o Brasil (mais de 168 mil) (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020).

4 ATORES EXTERNOS COM INTERESSES NA ATUAL CONJUNTURA

4.1 Cuba

A atual crise da Venezuela, que envolve a deterioração das expressões política, econômica e social do poder nacional do país, com impactos em toda a sua infraestrutura, está sendo observada de perto por vários atores internacionais, que veem oportunidades e ameaças que podem ser exploradas na busca por uma expansão geopolítica na América Latina.

Antes da era Chávez, a Venezuela era um dos países que mais cresciam economicamente na América Latina, impulsionada pela exploração do petróleo. Porém, a riqueza proporcionada pela commodity não era distribuída para a grande massa pobre da população, e tornava cada vez mais rica a elite venezuelana.

Ao assumir o poder, Hugo Chávez deixou claro que esse *status quo* iria ser alterado. Colocou em prática o Socialismo do Século XXI, e adotou uma postura agressiva em relação aos EUA, o que naturalmente, transformou a Venezuela em um novo palco para disputas geopolíticas de influência regional, atraindo a atenção de países igualmente contrários à hegemonia norte-americana em escala global.

Nesse contexto, primeiro houve um alinhamento com Cuba, país que sofre até hoje com as fortes sanções econômicas impostas pelo EUA, e pelo corte do apoio que tinha da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), após o seu colapso.

A amizade pessoal que Chávez nutria por Fidel Castro facilitou a aproximação ideológica entre os dois países (GOTT, 2004). Quando o petróleo estava em alta, Chávez exportava em média 100.000 barris a valores subsidiados para Cuba, que, em contrapartida, oficialmente, oferecia os serviços de profissionais de saúde para os programas sociais que seu amigo estava implantando na Venezuela. Porém, extra oficialmente, Cuba enviou consultores políticos e assessores da área de inteligência, de setores militares e da área de segurança, que atualmente, ainda exercem influência no governo de Nicolás Maduro (COM AGENTES, 2019).

Alguns especialistas estimam que até 2012, Cuba recebia o petróleo bruto, refinava, e vendia o excedente no mercado internacional, o que gerava uma receita que representava, em média, 20% do PIB cubano (COM AGENTES, 2019). Atualmente, com a queda do valor do petróleo em escala global, e a drástica diminuição da produção pela PDVSA, as exportações para a ilha de Fidel Castro

diminuíram, e estão afetando, também, a economia de Cuba, aumentando a recessão e impactando na qualidade de vida dos cubanos, que já enfrentam desabastecimentos de alimentos e enormes filas para conseguir itens básicos.

Apesar da aliança ideológica ainda existir entre os dois países, Cuba já diminuiu a sua presença e influência sobre a Venezuela, e está na expectativa de que uma mudança na direção do poder central, com a ascensão de Guaidó, ou outro político que tenha uma afinidade maior com a direita, acabe com o apoio econômico que ainda recebe do país parceiro, e leve mais caos à ilha caribenha.

4.2 Rússia

Conforme aponta Júnior (2019b), a Rússia, após a queda do muro de Berlim, está tentando se reposicionar, e ser reconhecida, pelos outros *stakeholders* do sistema internacional, como grande potência, em um mundo multipolar, com crescente expansão da China, e com seu tradicional rival, os EUA, buscando alcançar novamente o posto de potência hegemônica.

Nesse contexto, de acordo com o ponto de vista russo expresso em seus documentos estratégicos de alto nível (JÚNIOR, 2019b), há no mundo uma disputa no âmbito civilizacional, na qual os conflitos são derivados das desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e pela cada vez maior competição por recursos, mercados consumidores, e pelo domínio de estreitos, passagens e linhas de comunicação.

Para conceber uma ordem multipolar, mantendo-se, também, como uma das potências líderes, a Rússia enxerga na aproximação com a Venezuela a possibilidade de expandir a sua esfera de influência para a América Latina, desenvolvendo ações de cooperação política, comercial, econômicas, técnico-militar e segurança, em um país ideologicamente alinhado, e com postura antiamericana (JÚNIOR, 2019b).

De acordo com Rouvinski (2019), a ligação entre a Venezuela e a Rússia, desde Hugo Chávez, extrapola o relacionamento diplomático protocolar, pois há elos de união entre as elites de ambos os países, e, na visão de Vladimir Putin, a expansão chinesa na América Latina é uma ameaça de perda de mercado e influência, tornando as relações entre a Rússia e a Venezuela mais política do que econômica.

A Rússia está apoiando a Venezuela desde o início do século XXI, com um volume enorme de exportação de material bélico para o país caribenho, em contratos que somados chegam a mais de US\$ 4 bilhões (JÚNIOR, 2019b). Com o passar dos anos, a parceria entre os dois países passou a contar com um número cada vez maior de militares russos em solo venezuelano, para apoio logístico, na manutenção do material bélico adquirido, ou em apoio à treinamentos militares, a guisa de adestramentos na operação do material russo exportado.

A crise venezuelana começou a adquirir características mais preocupantes a partir do final de 2014 e início de 2015, quando, percebendo que o parceiro comercial poderia não honrar seus compromissos de pagamento, a China passou a atuar de forma mais cautelosa, o que foi visto por Moscou como uma oportunidade de ampliar seu relacionamento com a Venezuela, em uma estratégia de alto risco. Neste contexto, a empresa estatal russa Rosneft, uma das maiores da Rússia na área de exploração de petróleo e gás, assumiu importante papel na garantia de sobrevivência da PDVSA. Conforme pontua Rouvinski (2019, p. 5, tradução nossa):

A Rosneft é a maior companhia na produção de petróleo e a segunda de gás da Rússia. É responsável por 41% de toda produção de petróleo da Rússia e 6% da produção mundial em termos de reservas de hidrocarboneto e na produção de hidrocarbonetos líquidos, é também a maior companhia pública do mundo de petróleo e gás. A Rosneft é considerada uma das principais companhias estratégicas da Rússia.

Por sua importância para o governo russo, a Rosneft é empregada como mecanismo para a difusão da política externa de Moscou, apoiando os governos alinhados com financiamento, investimento e serviços. No caso da Venezuela, a referida empresa já aportou mais de US\$ 7 bilhões em investimentos nos poços de petróleo e gás da PDVSA, aliviando as sanções e a pressão econômica determinada pelos EUA (JÚNIOR, 2019b).

A Rosneft tem grande interesse na exploração de gás e petróleo *offshore* no Caribe, e está aproveitando a crise venezuelana para conseguir concessões de exploração na região, o que somados ao seu domínio sobre poços na Europa, Sibéria e no Ártico, contribuirá para garantir a segurança energética e o protagonismo da Rússia no setor de petróleo e gás (ROUVINSKI, 2019).

Outro fator que explica o apoio russo é que a ascensão de um governo alinhado com os interesses norte-americanos na Venezuela, por exemplo Guaidó, pode ser extremamente desvantajoso para os investimentos que a Rússia já fez, principalmente, na indústria petroleira, cujos contratos não passaram pela aprovação

da Assembleia Nacional, sendo passíveis de não serem honrados (ROUVINSKI, 2019).

No campo de atuação diplomática, a parceria entre os dois países já foi útil para a Rússia nas questões geopolíticas relacionadas com a Geórgia, Kosovo, Ucrânia e Crimeia, nas quais a Venezuela se posicionou a favor de Moscou. Em contrapartida, o apoio da Rússia tem sido fundamental na manutenção de Maduro no poder, seja pelo lado dos recursos financeiros, ou em relação a diminuir o cada vez maior isolamento internacional do país.

4.3 China

A China, desde os primórdios deste século, figura entre as economias que mais crescem no mundo, e suas ambições geopolíticas passaram a incluir a América Latina e o Caribe como importantes parceiros estratégicos e comerciais, principalmente, por causa do fornecimento de commodities. Estima-se que, a China importou cerca de US\$ 244 bilhões em mercadorias da América do Sul entre 2015 e 2017, e atingirá US\$ 500 bilhões até 2024 (JÚNIOR, 2019a), tendo ultrapassado os EUA como maior parceiro comercial.

Com a ascensão de Xi Jinping ao poder central na China, em 2013, a Grande Estratégia da China, prevista em seus documentos de alto nível (CHINA, 2015), passou a ser implementada com mais vigor, podendo ser observados avanços expressivos em todas as expressões do Poder Nacional chinês.

Em 17 de julho de 2014, no encontro de líderes da China e da América Latina e Caribe, em Brasília, Xi Jinping proferiu um discurso enfatizando o posicionamento chinês de que o seu país e os países da América Latina e Caribe deveriam estabelecer uma parceria que vise a igualdade, benefícios mútuos e o desenvolvimento para todos, e afirmou, também que (JIMPING, 2014, tradução nossa):

O povo chinês está agora se esforçando para realizar o sonho chinês da grande renovação da nação chinesa. O povo dos países da América Latina e do Caribe também está trabalhando no sonho latino-americano de unidade, coordenação, desenvolvimento e rejuvenescimento. O sonho e a busca compartilhados nos aproximaram. Aproveitemos as oportunidades que nos são apresentadas e trabalhemos juntos para abrir novos caminhos na construção de uma comunidade de destino comum para o progresso comum e inaugurar um futuro brilhante para as relações entre a China e a América Latina e o Caribe.

Pode-se observar que o discurso de Jinping tenta ligar os destinos da China e dos países latino-americanos em um sonho comum de desenvolvimento, porém, realça o caráter geopolítico desta aproximação, ao citar a “grande renovação chinesa”.

Em 2016, Jinping lançou a segunda versão do documento Política da China para América Latina e Caribe (CHINA, 2016), no qual define que o sonho de rejuvenescimento chinês é ter uma nação socialista moderna, próspera e forte até 2049, e deixa claro o importante papel que tem a América Latina e o Caribe, principalmente, por estarem localizados geograficamente em área sobre a influência de seu maior rival global, os EUA.

Para a China, a América Latina e o Caribe, por serem regiões em desenvolvimento, necessitam de investimentos estrangeiros e financiamentos, tornando-se mercados relevantes para os serviços e produtos chineses (JÚNIOR, 2019a). Sob a ótica estratégica, a região possui os insumos essenciais para suprir o vertiginoso curso de crescimento econômico e de desenvolvimento chinês.

Jiming (2014) aponta como a região latino-americana está inclusa na Grande Estratégia chinesa quando aborda o conceito de “1+3+6”, como condutor do desenvolvimento em conjunto dos países. Para ele, o 1 simboliza um planejamento único, no qual ambos os partícipes elaborariam o Plano de Cooperação Sino América Latina e Caribe, com vistas a alcançar, juntos, o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentado. O número 3 representa as três engrenagens ou motores, traduzidos pela cooperação financeira, pelo comércio e pelo investimento. E o número 6 retrata seis áreas que seriam os pontos focais da cooperação entre chineses e latino-americanos: o setor de energia e recursos; a infraestrutura; a agricultura; a manufatura; a ciência e a inovação tecnológica; e, as tecnologias de informação.

Neste contexto, a crise da Venezuela é percebida pela China como uma excelente oportunidade para penetração geopolítica no continente, aumentando a sua esfera de influência, aproveitando-se das sanções norte-americanas para financiar o projeto chavista em troca de commodities, principalmente, do petróleo.

Como detentora da maior reserva comprovada de petróleo do mundo, a Venezuela é vista pela China como uma potencial reserva de energia, essencial para a expansão das suas indústrias, para reduzir sua vulnerabilidade energética e para o desenvolvimento do país (JÚNIOR, 2019a). Além disso, a China é o maior

credor da Venezuela, que tem pago os vultosos empréstimos destinando parte da sua produção de petróleo ao país asiático.

Atualmente, estima-se que a dívida da Venezuela com a China gire em torno de US\$ 20 bilhões, de um total de US\$ 67 bilhões que foram sendo desembolsados por Pequim ao longo dos anos, desde 2006, do Fundo Chinês, criado para o financiamento de infraestrutura, habitação e energia (Hernández, 2020).

Durante o governo de Hugo Chávez, a parceria com a China era benéfica para ambos os lados. Porém, a partir da assunção de Maduro, concomitantemente com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, a situação econômica da Venezuela vem se deteriorando, o que está fazendo com que os seus débitos não estejam sendo honrados, e haja maiores solicitações de aumento nos prazos de carência.

Inicialmente, para honrar suas dívidas, a Venezuela duplicou a quantidade de petróleo enviado à China, porém, com a redução da produção, com o valor cada vez menor da commodity, e com as sanções impostas pelos EUA, que atingiram diretamente a PDVSA, a China, demonstrando ser mais pragmática do que ideológica, preocupada com a possibilidade de não ser reembolsada, está se negando a fazer novos empréstimos, diminuindo o apoio financeiro ao país caribenho.

Portanto, a aproximação chinesa com a Venezuela possui alguns riscos estratégicos, pois a situação não está sendo muito bem vista pelos EUA, principalmente após a assunção de Donald Trump ao poder, que com sua política externa para às Américas baseada na Doutrina Monroe⁵, ou seja a “América para os americanos” (JÚNIOR, 2019a), pode aumentar a pressão pelo afastamento dos países não hemisféricos, podendo ser fator catalisador para o acirramento da crise entre a China e os EUA, na disputa pela hegemonia global. Além disso, assim como os russos, a China pode perder boa parte dos seus investimentos na Venezuela, caso haja uma mudança no poder central que seja alinhada com os interesses norte-americanos.

⁵ A Doutrina Monroe foi anunciada pelo Presidente dos EUA, James Monroe, no dia 02 de dezembro de 1823, no Congresso norte-americano. Em seu pronunciamento, James Monroe deixou claro que o continente não deveria aceitar nenhum tipo de intromissão europeia, sobre quaisquer aspectos. A frase que resume a doutrina é: “América para os americanos”. A ideologia da doutrina estava baseada em três princípios básicos: a impossibilidade de criação de novas colônias ao longo do continente; intolerância à interferência de nações europeias em questões internas; e, a não participação norte-americana em conflitos envolvendo países europeus (TEIXEIRA, 2014).

4.4 Estados Unidos da América

A chegada de Hugo Chávez ao poder central na Venezuela representou, para os EUA, uma grande guinada no relacionamento entre os dois países, principalmente por causa da percepção de que a política externa do país caribenho passou a ter um alinhamento ideológico com importantes rivais geopolíticos dos EUA, como Rússia e China.

Com um projeto que envolvia o sonho de transformar a América Latina em uma região socialista, totalmente contrária ao neoliberalismo, conforme previsto no Consenso de Washington⁶, Chávez passou a incomodar os interesses estadunidenses, e, em sua primeira visita a China após ser eleito Presidente, em outubro de 1999, aproveitou seus discursos para tecer elogios a Mao Tsé-Tung, defendendo, também, que o mundo deveria ser multipolar, e não controlado por, segundo ele, “uma força policial universal”, em um ataque direto a política externa dos EUA (GUIMARÃES; CARDIM, 2003).

Chávez nunca escondeu a sua grande admiração pelo líder cubano Fidel Castro, e seu apoio manifesto à Cuba era mais uma provocação contra a política de isolamento implementada pelos EUA ao país.

Para agravar mais ainda a situação política entre os EUA e a Venezuela, em 2000, quando, em regime rotativo, seu país passou a presidir a OPEP, Chávez foi o primeiro Chefe de Estado a fazer uma visita oficial ao Iraque de Saddam Hussein, desde a Guerra do Golfo, provocando a ira do governo estadunidense (GUIMARÃES; CARDIM, 2003).

Apesar de toda a retórica chavista contra os EUA, na esfera comercial, ambos os países continuavam a sua parceria histórica em relação à exportação do petróleo para os norte-americanos, até então, maiores compradores da *commodity*, deixando claro que os problemas políticos não estavam acima dos interesses econômicos e geopolíticos dos EUA.

⁶ O Consenso de Washington é o conjunto de dez políticas econômicas neoliberais formuladas em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser recomendada para promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. Resumidamente, as dez medidas do Consenso de Washington são: disciplina fiscal; reordenamento nas prioridades dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização do setor financeiro; manutenção de taxas de câmbio competitivas; liberalização comercial; atração de investimentos diretos estrangeiros; privatização de empresas estatais; desregulamentação da economia; proteção a direitos autorais (REIS, 2019).

Nicolás Maduro prosseguiu com a mesma retórica chavista contrária aos interesses estadunidenses, e, em fevereiro de 2014, alegando conspiração contra seu governo, expulsou do país os funcionários do Consulado dos EUA. Em resposta, Barack Obama, então Presidente dos EUA, determinou a expulsão de três diplomatas venezuelanos, e, em 2015, assinou uma Ordem Presidencial asseverando que a Venezuela representava uma grave ameaça à segurança nacional do seu país. A relação foi se deteriorando cada vez mais, após Obama determinar várias sanções à pessoas implicadas com abusos aos direitos humanos, perseguição de opositores políticos e ideológicos, e com prisões arbitrárias de manifestantes.

Em termos de interesses geopolíticos, a eleição de Donald Trump representou uma mudança estratégica dos EUA, que antes era voltada para a expansão da ordem liberal global (JÚNIOR, 2020), e passou a se preocupar com a soberania e com a recuperação da hegemonia do poder global, e com os interesses dos estadunidenses em primeiro lugar, bem representados nos *slogans* da campanha presidencial de Trump: *America first* e *make America great again*.

Na Estratégia de Segurança Nacional, assinada por Trump em dezembro de 2017, são elencadas algumas ameaças para o EUA na América Latina, dentre elas estão listadas as organizações criminosas transnacionais e governos autoritários que estão falhando com seu povo, citando, neste ponto, Cuba e Venezuela (UNITED STATE OF AMERICA, 2017).

Os EUA percebem a Venezuela como ponto de penetração de potências extrarregionais antagônicas, destacando a China e a Rússia como seus competidores neste cenário. A China estaria interessada em trazer para sua órbita os países da América Latina, utilizando-se para isso do seu poder econômico, através de empréstimos e investimentos estatais, enquanto que a Rússia estaria apoiando o governo de Maduro com o interesse de incrementar suas alianças militares, e a venda de armamento para a região (UNITED STATE OF AMERICA, 2017).

Em uma retomada da Doutrina Monroe, o governo estadunidense tem um posicionamento contrário à presença russa e chinesa nos países do seu hemisfério, pois, tal presença, sugeriria uma tentativa de desestruturar o equilíbrio de poder regional, com a implantação de estruturas e poderio militar em países hostis, e com

alinhamentos políticos em desacordo com os seus interesses geopolíticos, e contrários aos seus valores democráticos (JÚNIOR, 2020).

Como ações prioritárias, em termos políticos para o hemisfério, a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA cita que (UNITED STATE OF AMERICA, 2017, p. 51, tradução nossa):

Catalisaremos esforços regionais para construir segurança e prosperidade através de um forte engajamento diplomático. Vamos isolar governos que recusarem-se a agir como parceiros responsáveis no avanço da paz e prosperidade hemisférica. Estamos ansiosos para o dia em que o povo de Cuba e Venezuela poderá desfrutar da liberdade e dos benefícios da prosperidade compartilhada, e incentivamos outros Estados livres no hemisfério para apoiar esse empreendimento.

Desde sua ascensão ao poder, Trump vem adotando políticas em relação à Venezuela que estão dentro da linha de pensamento apontada na sua Estratégia de Segurança Nacional, isolando o governo de Nicolás Maduro através de sanções econômicas e políticas, que estão estrangulando a economia do país caribenho, e que visam o seu enfraquecimento político e sua substituição, no poder central venezuelano, por Juan Guaidó, autoproclamado Presidente, ou por qualquer outro candidato que seja alinhado com seus interesses.

Segundo Trump afirmou no encontro que teve com o Presidente brasileiro Jair Bolsonaro, em 19 de março de 2019, em Washington, em relação à crise venezuelana, todas as opções estariam na mesa, não descartando uma intervenção militar no país caribenho, porém, também afirmou buscar uma solução pacífica para a crise, com a saída de Maduro (BRANDÃO, 2019).

A opção de intervenção militar é de difícil implementação, pois dependeria de uma aprovação do Conselho de Segurança da ONU, o que, provavelmente, não ocorreria por causa do poder de veto que tem a Rússia e a China.

Em uma tentativa de conseguir uma saída pacífica para a crise, segundo especialistas, o governo de Trump, através do Departamento de Estado, vem tentando persuadir as Forças Armadas a apoiarem Juan Guaidó, sem, contudo, ter tido sucesso (LISSARDY, 2019).

Ainda em consonância com o previsto na Estratégia de Segurança Nacional (UNITED STATE OF AMERICA, 2017), os EUA veem como grande ameaça o apoio que, segundo Donald Trump, Maduro e vários membros do alto escalão de sua administração, dão ao narcotráfico internacional.

Como mais uma forma de pressionar a Venezuela, o governo estadunidense, através do Departamento de Justiça, ofereceu uma recompensa de US\$ 15 milhões por informações que levem a captura de Nicolás Maduro, e outros US\$ 10 milhões para a captura dos demais membros de seu governo. Segundo William Barr, Chefe do Departamento de Justiça, todos são acusados de tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro, entre outros crimes. Os outros membros da cúpula chavista acusados foram: Diosdado Cabello, Presidente da Assembleia Constituinte; Maikel Moreno, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça; Vladimir Padrino, Ministro da Defesa; Hugo Carvajal Barrios, ex-Diretor da Inteligência Militar; e, Tarek El Aissami, Ministro de Indústria e Produção Nacional (GUIMÓN; MANETTO, 2020).

De acordo com Willam Barr, a cúpula do poder venezuelano estaria envolvida com o *Cartel de Los Soles*, organização criminosa que seria integrada por membros de altas patentes das Forças Armadas venezuelanas, em conjunto com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), antigo grupo guerrilheiro que se transformou em partido político, após a assinatura de acordo de paz com o governo da Colômbia, em 2016. Alguns dirigentes das FARC teriam transformado parcela do grupo em narcotraficantes internacionais, e, segundo a Colômbia, estariam sendo apoiados por Maduro, inclusive com a utilização de aeroportos clandestinos em território venezuelano para suas ações criminosas (GUIMÓN; MANETTO, 2020).

A Venezuela também tem despertado o interesse estadunidense por causa das eleições presidenciais que ocorrerão no final de 2020. Na disputa pela reeleição, de acordo com especialistas, Donald Trump está usando a crise venezuelana para demonstrar a força de seu governo, e desviar as atenções para seus problemas internos. A pressão sobre o governo de Maduro recebe apoio tanto de democratas quanto de republicanos, e ambos os partidos disputam os votos dos eleitores latinos, principalmente dos cubanos que residem nos EUA, que são contra o regime chavista.

Logo, os Estados Unidos, durante a administração de Donald Trump, está tentando se proteger da expansão de influência dos chineses e russos sobre a Venezuela, e, conseqüentemente, sobre a América Latina, retomando princípios previstos na doutrina Monroe como justificativas para a segurança hemisférica e os

interesses norte americanos de permanência como exclusiva potência hegemônica na região.

5 IMPACTOS DA CRISE VENEZUELANA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019):

A Divisão Regional do Brasil consiste no agrupamento de Estados e Municípios em regiões, com a finalidade de atualizar o conhecimento regional do País e viabilizar a definição de uma base territorial para fins de levantamento e divulgação de dados estatísticos. Ademais, visa contribuir com uma perspectiva para a compreensão da organização do território nacional e assistir o governo federal, bem como Estados e Municípios, na implantação e gestão de políticas públicas e investimentos.

Neste contexto, a Região Norte é a maior do Brasil, com extensão territorial de 3.853.322,2 Km², correspondentes a aproximadamente 45% da área total do país, englobando os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Um total de sete países fazem fronteira com esta região: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Apesar das dimensões, a região Norte é a segunda menos povoada do Brasil, com densidade média de 4,1 habitantes por km², e a floresta amazônica cobre a maior parte dos estados que a compõem. É uma região que contribui com apenas cerca de 5% do PIB nacional, a menor contribuição por regiões do Brasil, e na qual 48,1% da população vive com apenas meio salário mínimo per capita. A falta de acesso à saneamento básico afeta 82,3% dos nortistas (GARCIA, 2019), sendo, portanto, esta região considerada uma das mais pobres do país.

Em busca de melhores condições socioeconômicas para suas famílias, muitos venezuelanos estão saindo de seu país e migrando para a região Norte do Brasil. Este fenômeno não é novo, porém, desde a crise dos preços do petróleo no final de 2014 e início de 2015, o fluxo migratório tem se intensificado ano após ano, criando um quadro de desequilíbrio econômico e social nas cidades próximas à fronteira, principalmente, Pacaraima, que faz fronteira com a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén, e a capital do estado de Roraima, Boa Vista.

Conforme aponta o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), até novembro de 2019, 4,5 milhões de venezuelanos fugiram de seu país desde 2014, porém, este número pode ser muito maior, pois, por motivos diversos, muitos não foram registrados oficialmente ao darem entrada nos países receptores, o que os torna vulneráveis à exploração e abusos de toda ordem, além de limitar a possibilidade de conseguirem permissões para trabalhar,

colocarem os filhos nas escolas e terem acesso aos serviços de saúde pública (HUMAM RIGHTS WATCH, 2020).

Como signatário da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e do Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, o Brasil criou a Lei 9.474/1997, que regula a situação dos refugiados, estabelecendo que (BRASIL, 1997):

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Ao ser concedido o benefício, o refugiado passará a ter a proteção do Estado brasileiro, e será regulamentado pelas leis do Brasil, conforme atesta o art. 5º, da Lei 9.474/1997(BRASIL, 1997):

O refugiado gozará de direitos e estará sujeito aos deveres dos estrangeiros no Brasil, ao disposto nesta Lei, na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, cabendo-lhe a obrigação de acatar as leis, regulamentos e providências destinados à manutenção da ordem pública.

Logo, o Brasil, por força dos tratados internacionais citados acima, que foram internalizados pela Lei 9.474/1997, tem por obrigação receber os venezuelanos que buscam refúgio no país, verificar se estes fazem jus ao status de refugiado ou de imigrante comum, e garantir que lhes seja dado tratamento condizente com a sua situação, que deverá ser regularizada o mais rápido possível.

Pacaraima é considerada a porta de entrada dos venezuelanos no Brasil, tendo em vista que faz fronteira terrestre com a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén. Possui, conforme estimativa do (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019), 17.400 habitantes, com densidade demográfica de 1,30 hab/km².

Figura 1 - Fronteira do Brasil com a Venezuela



Fonte: (RODRIGUES, 2019)

O relacionamento entre venezuelanos e brasileiros na fronteira sempre foi muito amistoso, e as pessoas de ambos os lados cruzavam a fronteira naturalmente, para adquirir itens básicos de subsistência, e, no caso dos brasileiros, para abastecer seus carros nos postos de combustíveis venezuelanos, com preços muito mais vantajosos do que no Brasil. Porém, a partir do agravamento da crise venezuelana, em 2015, a situação foi profundamente alterada.

Em decorrência do inesperado aumento do fluxo de imigrantes entre 2015 e 2016, com estimativa de entrada de 30.000 venezuelanos, o Governo do estado de Roraima decretou Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional nos municípios de Pacaraima, e, na capital do estado, Boa Vista (BRITO, 2016).

Conforme estatísticas apresentadas pelo governo do estado, o Hospital Geral de Roraima (HGR), localizado na capital, teve um expressivo aumento de atendimentos de venezuelanos, que saltou de 324 em 2014, para 1.240 em 2016 (BRITO, 2016), ou seja, 328,71% de incremento.

O decreto foi instaurado visando conseguir apoio do governo federal, pois o estado não tinha a infraestrutura básica para sustentar o abrupto aumento de imigrantes que buscavam atendimento de saúde.

Em 2016, os casos de doenças infecto-contagiantes aumentaram exponencialmente. Dos 2.517 casos de malária registrados no estado, 1.947 eram de venezuelanos, além de 100% dos casos de infectados pelo HIV (BRITO, 2016).

Os venezuelanos atravessavam a fronteira muito debilitados e normalmente desnutridos, agravando, ainda mais, o quadro de saúde. Nos hospitais, começou a faltar o material básico para atendimento. Já não havia mais medicamentos, e, tão pouco, equipe de saúde para atender venezuelanos e brasileiros.

O reaparecimento do sarampo na região Norte, principalmente nas cidades próximas à fronteira com a Venezuela, que registraram, de acordo com a Secretaria de Saúde do Estado de Roraima, 361 casos, sendo 219 casos em venezuelanos até 2019, fez com que o Brasil perdesse a Certificação de País Livre do Sarampo, da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (NICOLETTI, 2019).

Coforme dados apresentados pela Secretaria Estadual de Saúde de Roraima, de 2016 até 2019, 79.873 venezuelanos foram socorridos em serviços ambulatoriais em Boa Vista, e o quadro abaixo detalha a evolução anual destes atendimentos:

Quadro 1- Venezuelanos atendidos nos serviços ambulatoriais em Boa Vista

ANO	ATENDIMENTOS
2016	3.445
2017	12.718
2018	48.454
2019	15.256
Total	79.873

Fonte: (NICOLETTI, 2019)

Segundo informou a Secretaria de Saúde de Roraima, de 2016 até 2019, devido ao quadro grave em que se encontravam, tiveram que ser internados 7.833 venezuelanos, com a distribuição anual conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Quantitativo de venezuelanos internados em Boa Vista

ANO	INTERNAÇÕES
2015	681
2016	1.591
2017	4.182
2018	1.379
Total	7.833

Fonte: (NICOLETTI, 2019)

Em Pacaraima, de acordo com a prefeitura da cidade, também houve um considerável aumento no número de atendimentos de saúde à venezuelanos, a partir de 2015, quando a crise no país vizinho se intensificou e provocou uma evasão em massa. O Diretor do Hospital Municipal Délio de Oliveira Tupinambá apontou que, em média, houve um aumento anual de 80% dos atendimentos em

decorrência da vinda de imigrantes venezuelanos. A distribuição anual de atendimentos de saúde aos venezuelanos no município pode ser vista no quadro abaixo:

Quadro 3 - Venezuelanos atendidos nos serviços de saúde de Pacaraima

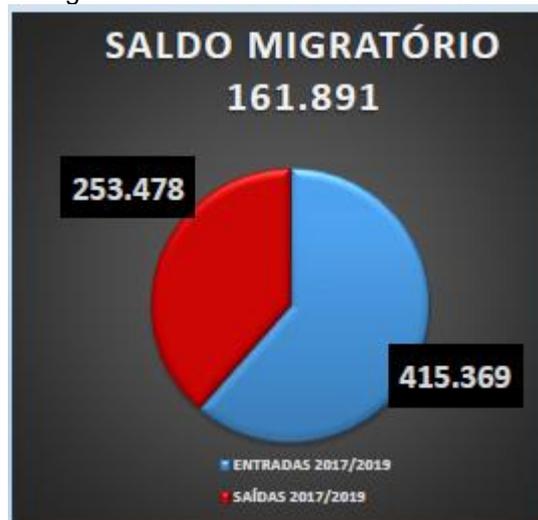
ANO	ATENDIMENTOS
2015	1.856
2016	3.534
2017	5.020
2018	9.999
2019	2.228

Fonte: (NICOLETTI, 2019)

Ao observar os dados informados pela Secretaria de Saúde de Roraima e do município de Pacaraima, é possível notar o acréscimo considerável no número de atendimentos e internações de venezuelanos, demandando, além dos profissionais de saúde, leitos e medicamentos, profissionais de suporte administrativos, técnico e operacional, cuja ausência está impactando a qualidade do serviço prestado nas unidades de saúde.

Consoante com os dados apresentados pela Coordenadoria Geral da Polícia de Imigração/Polícia Federal, entre janeiro de 2017 e maio de 2019, houve o registro de entrada de 415.369 venezuelanos, sendo que alguns destes retornaram as suas cidades de origem, em um total registrado de saída de 253.478 pessoas, restando um saldo que permaneceu no Brasil de 161.891 imigrantes, conforme a figura abaixo:

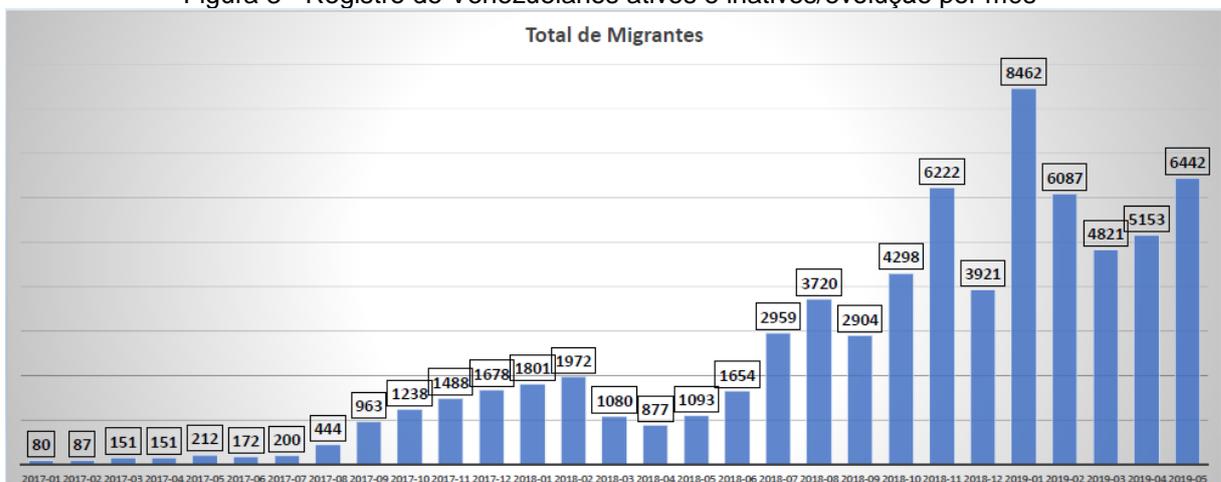
Figura 2 - Saldo migratório de venezuelanos no Brasil entre 2017 e 2019.



Fonte: (POLÍCIA FEDERAL, 2019)

De acordo com a Polícia Federal (2019), que administra o Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), os dados biométricos e biográficos de todos os imigrantes detentores de vistos temporários, ou que tenham conseguido autorização para residir no país, são lançados no sistema como Registro Ativo, que contempla os imigrantes em situação regular, com status “ativo”, ou, como Registro Inativo, que contempla os registros que, embora estejam no sistema, estão com status de “prazo vencido”, “cancelado” ou “excluído”. A evolução de registros no SISMIGRA, entre janeiro de 2017 e maio de 2019, está exposta na figura abaixo:

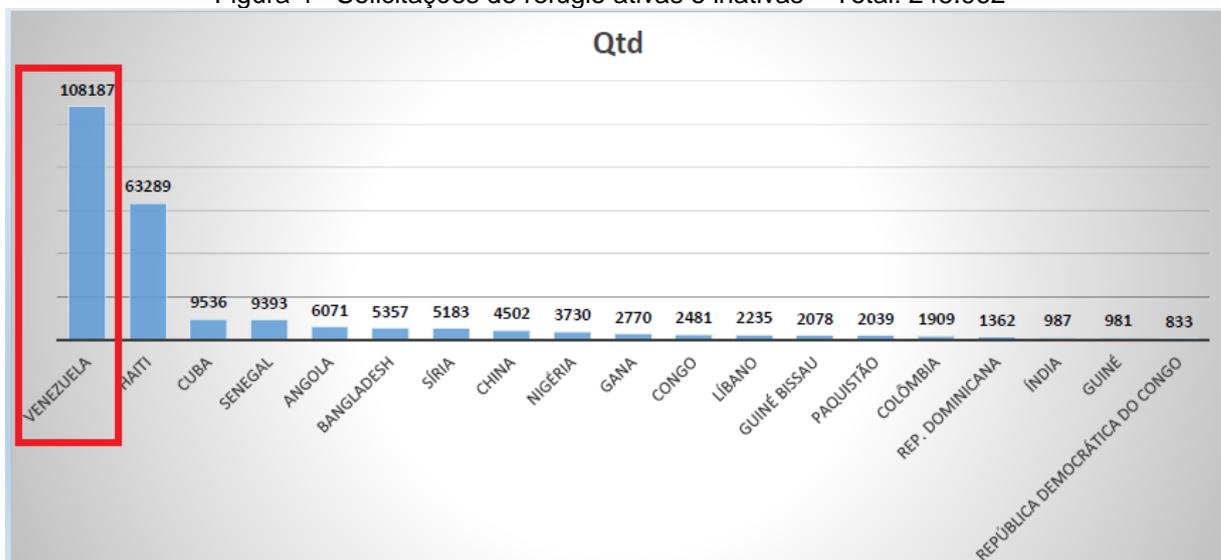
Figura 3 - Registro de Venezuelanos ativos e inativos/evolução por mês



Fonte: (POLÍCIA FEDERAL, 2019)

Em relação ao total de solicitações de refúgio recebidas pela Polícia Federal, entre 2017 e 2019, podemos observar, na figura abaixo, a grande diferença entre os venezuelanos (destacados no retângulo vermelho) e os imigrantes dos demais países, com registro ativo e inativo:

Figura 4 - Solicitações de refúgio ativas e inativas – Total: 245.962



Fonte: (POLÍCIA FEDERAL, 2019)

A análise dos números apresentados pela Polícia Federal revela que 161.891 imigrantes venezuelanos permaneceram no Brasil, entre 2017 e 2019, porém, este número pode ser muito maior, pois muitos entram ilegalmente no país, não aparecendo nos dados oficiais.

Entre aqueles que entram ilegalmente no Brasil, muitos são criminosos condenados na Venezuela, e que foram liberados por causa das dificuldades econômicas dos presídios venezuelanos, de acordo com a Polícia Civil de Roraima (PCRR), e atravessam a fronteira, diariamente, para cometer crimes na Região Norte do Brasil, principalmente, em Pacairama e Boa Vista, e depois retornam para Santa Elena de Uaiaden. Normalmente, estes criminosos utilizam estradas de terra e rotas clandestinas, que driblam o controle da Polícia Federal (VILARDAGA, 2018).

Entre os crimes cometidos na faixa de fronteira, os de maior gravidade e que causam maior impacto na população da região Norte do país são: tráfico de drogas ilícitas, tráfico de armas e munições, tráfico de seres humanos e o descaminho de bens e mercadorias.

Em março de 2018, houve um aumento de tensão na cidade de Pacaraima, entre venezuelanos e brasileiros locais, após uma briga que deixou um brasileiro e um venezuelano mortos. O evento ocorreu na cidade de Mucajaí, que fica a 50 km de Boa Vista, e resultou na expulsão de 200 venezuelanos, incluindo mulheres e crianças, de um abrigo improvisado (VILARDAGA, 2018).

No mês seguinte, devido a um assalto, levado a cabo por venezuelanos, que redundou em graves ferimentos na cabeça de um comerciante local, houve nova revolta popular, desta vez em Pacaraima. Ao saber do assalto, a população, armada de paus e pedras, se revoltou e expulsou da cidade cerca de 1.200 imigrantes, além disso, queimou barracas e os pertences dos venezuelanos, e bloqueou a BR-174, que interliga Pacaraima e Boa Vista (VILARDAGA, 2018).

Episódios semelhantes foram registrados entre 2018 e 2019, tornando cidades, que antes eram consideradas pacatas e com poucos eventos violentos, em um barril de pólvora pronto para explodir, com a população revoltada com a saturação dos serviços públicos e com a grande confusão urbana gerada pelas centenas de venezuelanos, que diariamente cruzam a fronteira e lotam as ruas. Além disso, a falta de condições das cidades em absorver o elevado fluxo de venezuelanos nos mercados de trabalho faz com que muitos destes permaneçam nas ruas mendigando ou, em alguns casos, se prostituindo, o que também tem

gerado descontentamento na população roraimense, e alguns episódios de xenofobia e de circulação de informações falsas contra os venezuelanos.

Em relação aos impactos causados pelo aumento do fluxo migratório de venezuelanos na estrutura de educação do estado de Roraima, a Secretaria Estadual de Educação relata que, desde 2015, há um expressivo aumento das despesas e sobrecarga da rede pública estadual de ensino. O número de alunos venezuelanos matriculados nas escolas estaduais tem sido a cada ano maior, sendo que, em 2019, de 72.471 alunos matriculados, 4.516 são de nacionalidade venezuelana (NICOLETTI, 2019).

Em Pacaraima, devido ao tamanho e estrutura da rede de ensino municipal, os impactos são ainda maiores. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, em 2016, havia 1.744 alunos matriculados, sendo apenas 177 venezuelanos. Em 2019, a quantidade de alunos matriculados subiu para 2.775, sendo 917 venezuelanos (NICOLETTI, 2019).

Ou seja, entre 2016 e 2019, houve um aumento, aproximadamente, de 10% para 33% de alunos venezuelanos matriculados na rede municipal de educação. Este expressivo aumento tem impactado a rede de ensino com problemas em relação ao fornecimento de material didático, de higiene e limpeza, e tem comprometido o transporte escolar.

A prefeitura de Pacaraima também relatou que o aumento exponencial de imigrantes venezuelanos causou um gradual incremento na produção de lixo; agravou os problemas relacionados à falta de água tratada; aumentou a violência no ambiente escolar, e tem prejudicado o abastecimento de energia elétrica, pois a cidade vive constantes apagões e oscilações na rede de energia (NICOLETTI, 2019).

Em 2017, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), apoiado pela ACNUR, promoveu uma pesquisa visando analisar o perfil sociodemográfico e laboral dos imigrantes venezuelanos no Brasil. A metodologia empregada consistiu de um levantamento estatístico de caráter qualitativo, baseado em amostragem probabilística estratificada para estimar proporções, com grau de confiança de 95%, margem de erro de 2,5% e variância de 11%, aplicados a uma amostra de 650 indivíduos, com 18 anos ou mais de idade, obtendo os seguintes resultados quantitativos (SIMÕES, 2017):

a) Aspectos sociodemográficos:

- Imigração majoritariamente de jovens (72% do total entre 20 e 39 anos), predominantemente masculina (63%) e solteira (54%);
- A crise econômica e política do país é apontada, por 77%, como o principal motivo para emigrar;
- A imigração é proveniente de 24 regiões, embora com concentração de três estados: Bolívar (26%), Monagás (16%) e Caracas (15%);
- A grande maioria dos imigrantes chegaram de ônibus, e levaram, em média, de 1 a 2 dias para chegar a Pacaraima;
- Uma parcela significativa (58%) conta com redes migratórias composta em sua maioria por amigos e familiares que já residem no Brasil;
- Os imigrantes apresentam bom nível de escolaridade (78% possuem nível médio completo, e 32% o ensino superior completo ou pós-graduação);
- Os venezuelanos em Roraima têm pouco conhecimento da língua portuguesa;

b) Trabalho e Moradia

- 82% do total solicitaram refúgio. Cerca de 33% dos imigrantes possui apenas o protocolo de refúgio, 23% possuem carteira de trabalho, 29% CPF e 4% não possuem nenhum documento;
- A maioria mora de aluguel (71%), compartilhando o imóvel com outras pessoas;
- 60% possui alguma atividade remunerada, sendo que 28% estão formalmente empregados em Roraima;
- A maioria atua nos seguintes ramos de atividades: comércio (37%), serviço de alimentação (21%) e construção civil (13%);
- 51% dos trabalhadores recebem menos de um salário mínimo, 44% recebem entre 1 e 2 salários mínimos, e apenas 5% recebem mais do que 2 salários mínimos;
- 54,2% utilizam seus rendimentos para enviar remessas monetárias (de R\$ 100,00 a R\$ 500,00) para cônjuge e filhos na Venezuela, com a finalidade de ajudar no sustento desses familiares;
- Um pouco mais da metade acessa os serviços públicos em Roraima, principalmente, na área da saúde (39%). No entanto, é importante frisar que quase a metade do total (48,4%) não utilizou nenhum serviço público;

- Vários entrevistados informaram ter sofrido preconceito praticado por cidadão comum, cujo principal motivo foi o fato de ser estrangeiro (xenofobia).

c) Possibilidade de deslocamento interno no Brasil e perspectivas de retorno:

- Ampla maioria aceitaria deslocar-se para outra Unidade da Federação, caso o governo brasileiro apoiasse (77%);

- Para 80%, a oferta de trabalho em outra localidade do país é a principal demanda para aceitar o deslocamento interno, seguida de ajuda econômica (11,2%) e auxílio com moradia (5,2%);

- Entre as pessoas que não aceitariam realizar o deslocamento, a maioria não tem emprego, ou possui menor escolaridade, ou seja, os segmentos mais vulneráveis. Os principais motivos para não aceitar o deslocamento interno são: a proximidade da fronteira (38%), e por já se considerarem integrados em Boa Vista (37%);

- Somente 25% afirmam pretender retornar à Venezuela. A maioria não pretende retornar tão cedo (47%) ou não sabe (27%);

- Entre aqueles que pretendem retornar, a maioria estima um prazo superior a 2 anos (47%), mas condicionam o retorno à melhoria das condições econômicas (61%).

Ao analisar os dados da pesquisa do CNIg, é possível inferir que se houver políticas públicas bem definidas em relação a interiorização dos imigrantes e refugiados, o número de voluntários interessados na interiorização será satisfatório para amenizar a pressão do grande fluxo migratório nas cidades fronteiriças, principalmente em Pacaraima e Boa Vista.

O estado de Roraima, de acordo com a Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Economia (NICOLETTI, 2019), estava apresentando diminuição na taxa de desocupação até 2017. A partir de então, a taxa de desocupação passou a apresentar valores cada vez maiores. No 4º Trimestre de 2017, a taxa era de 9,4%. Em 2018, passou a ser de 14%, e, em 2019, alcançou o patamar de 15%, valores acima das médias, nos mesmos períodos, do estado de Roraima, que ficou em 13,1%, e da média nacional, que ficou em 12,7%.

Em 2018, face às necessidades apresentadas pelo governo do estado de Roraima, e, principalmente, as prefeituras das cidades de Pacaraima e Boa Vista, o Governo Federal instituiu um Gabinete de Crise para estudar o problema e propor soluções. A partir daí, houve a federalização do atendimento à crise humanitária dos

refugiados e imigrantes venezuelanos, que foi possível após a edição, em fevereiro, da Medida Provisória nº 820/2018, que dispõe sobre ações de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, decorrente de fluxo migratório, provocado por crise humanitária (posteriormente convertida na Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018) (BRASIL, 2020).

Ainda em fevereiro de 2018, o Governo Federal concebe o Decreto nº 9.286/2018, que cria o Comitê Federal de Assistência Emergencial, com a atuação direta de 12 Ministérios, sendo coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, e define como Coordenador Operacional o Ministério da Defesa, para estruturar as ações na região Norte, em particular em Roraima, dando início à criação das diretrizes da Operação Acolhida (BRASIL, 2020).

Em janeiro de 2019, logo após a assunção do governo de Jair Bolsonaro, iniciou-se a segunda fase da operação, sendo editado o Decreto nº 9.970/2019, que estabelece um novo modelo de governança, instituindo os Subcomitês Federais, consoante com o apresentado na figura abaixo:

Figura 5 – Estrutura de Governança da Operação Acolhida



Fonte: (BRASIL, 2020)

Os Ministérios que passaram a compor a estrutura de governança diretamente envolvidos na Operação Acolhida foram: da Defesa (Coordenador Operacional), da Economia, do Desenvolvimento Regional, da Justiça, da Educação, da Saúde, da Mulher, Família e Direitos Humanos, da Cidadania, e o Gabinete de Segurança Institucional. Todos sob a Coordenação Geral da Casa Civil da Presidência da República.

A Operação Acolhida é inédita em território brasileiro, já que é uma operação conjunta, interagências e de caráter humanitário, e que conta com o apoio de agências da ONU, e de mais de 100 entidades da sociedade civil, bem como de Instituições Religiosas, Organizações Não Governamentais (ONGs), Estados e Municípios (BRASIL, 2020).

Para coordenar os esforços, o Ministério da Defesa estabeleceu uma Força Tarefa Logística Humanitária em Roraima, sob o Comando do Exército Brasileiro, que oferece assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil, através da fronteira com Pacaraima.

O principal objetivo da operação é transferir o grande número de refugiados e imigrantes venezuelanos de Roraima para outros estados brasileiros, em uma estratégia de interiorização que visa oferecer maiores benefícios através da inserção socioeconômica dos venezuelanos, e, também mitigar a sobrecarga sobre os serviços públicos das cidades próximas da fronteira (BRASIL, 2020).

Para atingir este objetivo, a Operação Acolhida está estruturada em três eixos (BRASIL, 2020): Ordenamento da Fronteira; Acolhimento; e, Interiorização.

Na fase do Ordenamento da fronteira, os imigrantes são recepcionados e é dada orientação sobre a sua situação. Após isto, é feito o controle de entrada e identificação, imunização, cadastro e regularização migratória, emissão de CPF e carteira de trabalho, e atendimento com Assistentes Sociais, sendo complementado, caso necessário com atendimento médico. A figura abaixo evidencia a quantidade de imigrantes atendidos nos diversos postos da fase do Ordenamento:

Figura 6 – Ordenamento da fronteira em números



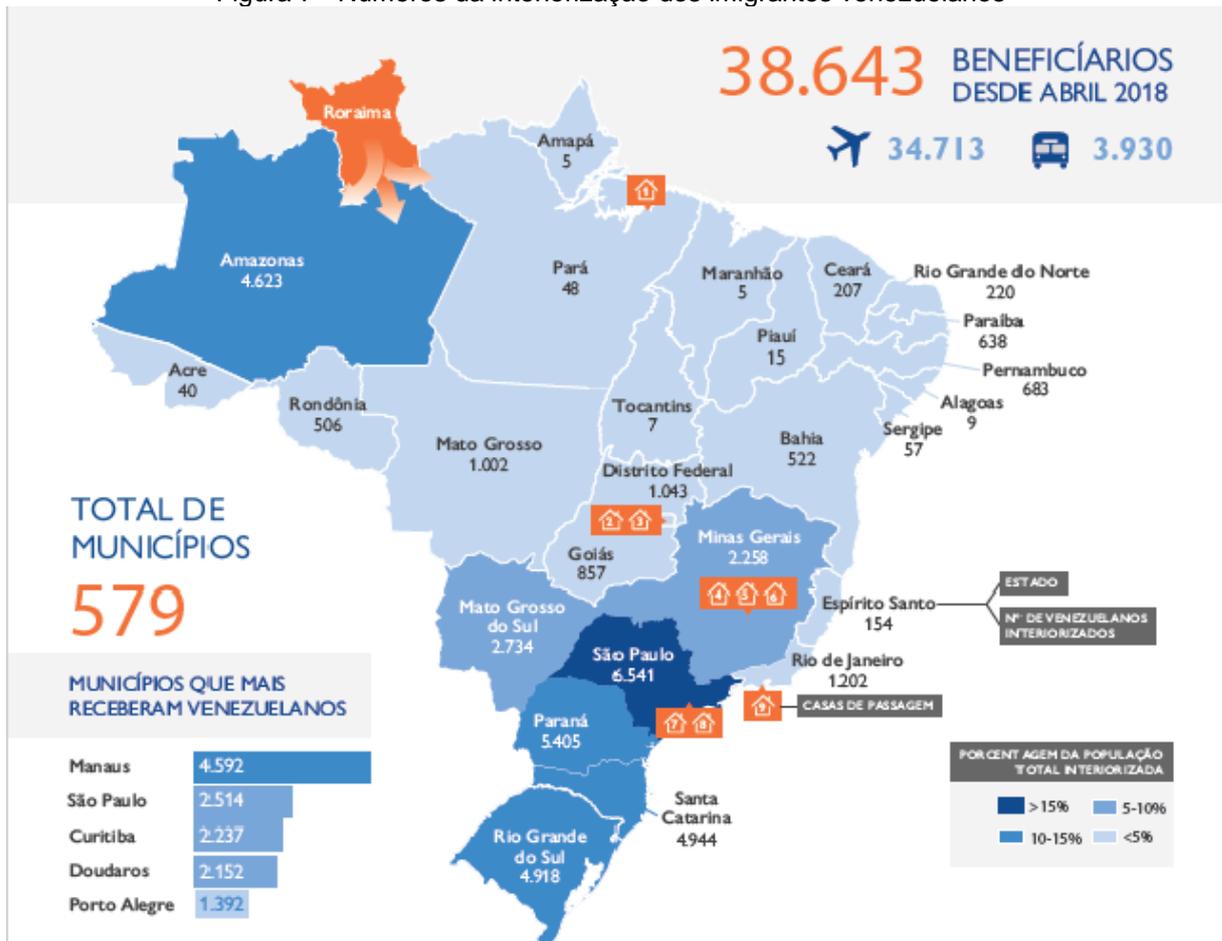
Fonte: (BRASIL, 2020)

Após a primeira fase, os venezuelanos são conduzidos aos abrigos que estão instalados em Roraima, principalmente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, caracterizando a fase do Acolhimento. A gestão dos abrigos é compartilhada entre o Ministério da Cidadania e a ACNUR, que são responsáveis pela coordenação do acolhimento e assistência, e pelas Forças Armadas, que cuidam da logística e dos serviços de saúde (BRASIL, 2020).

Na última fase, Interiorização, sob a coordenação do Subcomitê Federal de Interiorização, e com o apoio dos governos municipais, estaduais e federal, e diversos parceiros, os imigrantes regularizados e que requeiram através de termo de voluntariedade, são transferidos para outros abrigos em uma das cidades de destino. Os abrigos de destino podem ser gerenciados pelos governos locais ou podem ser moradias fornecidas por entidades da sociedade civil ou organização religiosa (BRASIL, 2020).

A Operação Acolhida expandiu a estratégia de interiorização firmando parcerias com a Confederação Nacional de Municípios; o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), bem como, com companhias aéreas, Infraero, Associação Brasileira das Empresas Aéreas e concessionárias de aeroportos, para obter transporte gratuito aos refugiados e imigrantes venezuelanos (BRASIL, 2020). A figura abaixo mostra os números da interiorização dos imigrantes venezuelanos em território brasileiro:

Figura 7 - Números da interiorização dos imigrantes venezuelanos



Fonte: (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2020)

Por conseguinte, observa-se que foram interiorizados 38.643 venezuelanos, de abril de 2018 a junho de 2020, distribuídos em um total de 579 municípios, em 26 estados e no Distrito Federal, sendo Manaus a cidade que recebeu um maior número de imigrantes.

Em termos econômicos, os impactos da crise podem ser medidos pelo volume financeiro repassado pelo Governo Federal, relacionados ao acolhimento e à manutenção dos imigrantes e refugiados venezuelanos.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, em dezembro de 2018, foi repassado ao governo de Roraima R\$ 225.710.000,00, com base na Medida Provisória nº 864, de 17/12/2018, para auxiliar nas ações relativas à intervenção federal, com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública (NICOLETTI, 2019).

Para se ter uma ideia do impacto financeiro que isto representa, o montante enviado em 2018 é quase o dobro dos valores médios anuais que o Brasil gastava para a manutenção das tropas na Missão das Nações Unidas para a Estabilização

no Haiti (MINUSTAH), que, em 13 anos, tinha um orçamento médio anual de R\$130 milhões (BORGES, 2019).

O valor gasto na Operação Acolhida pode ser muito maior, pois houve recursos injetados fora do estado de Roraima para comprar os insumos, alimentos, treinamento de pessoal, combustível, material para construção de abrigos, transporte terrestre e aéreo, e medicamentos, que segundo o Deputado Federal Hiran Gonçalves, são superiores a R\$500 milhões (BORGES, 2019).

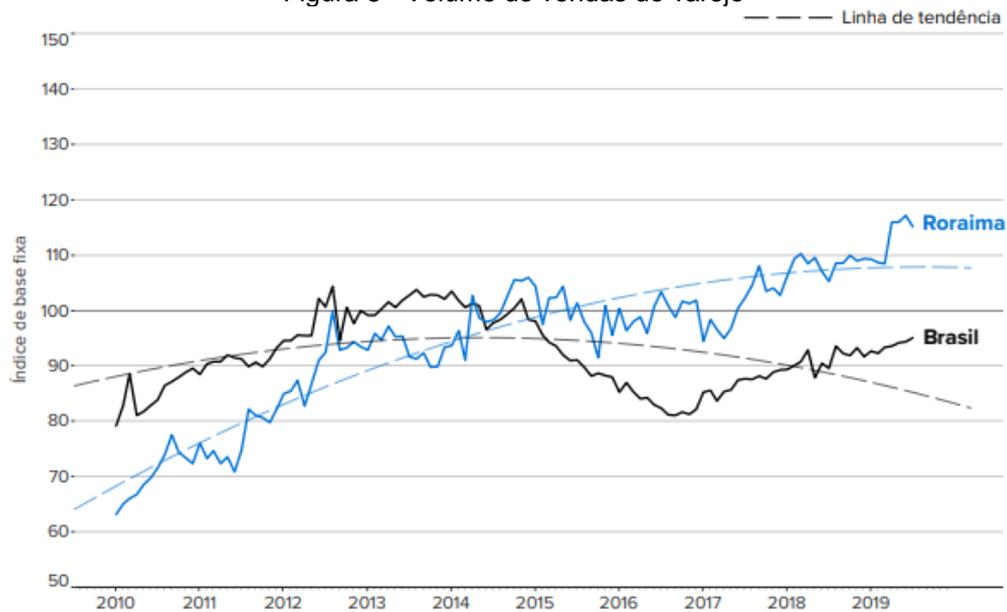
O alto custo deve-se ao fato do Brasil ter que fornecer assistência médica, alimentação, educação básica e segurança a todos os 8.500 venezuelanos que, em média, estão abrigados no estado de Roraima, bem como aos abrigados que foram interiorizados.

Por outro lado, em relação à atividade econômica de Roraima, o aumento da demanda por bens e serviços, por causa do aumento do fluxo de refugiados e imigrantes venezuelanos, redundaram em alguns efeitos positivos.

Houve, entre 2015 e 2019, crescimento do comércio varejista, que pode ser observado na Figura 8, de acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE⁷, principalmente porque, além dos imigrantes, a atuação de organismos nacionais e internacionais que prestam apoio aos imigrantes, e a própria atuação do Governo Federal, através da Operação Acolhida, tem movimentado a economia, ao investir recursos nas cidades do estado, o que pode ter relação direta com o aumento da arrecadação do ICMS, que entre o final de 2018, e o primeiro semestre de 2019, teve um incremento de 25% (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2020).

⁷ A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), produz indicadores que possibilitam acompanhar e analisar o comportamento conjuntural do comércio varejista no país. A variável investigada é a receita bruta de revenda, total e por Unidade da Federação, definida no âmbito da empresa como a receita bruta mensal proveniente da revenda de mercadorias, não deduzidos os impostos incidentes e nem as vendas canceladas, abatimentos e impostos incondicionais, não estando aí incluídas as receitas financeiras e não operacionais. O índice de base fixa compara os níveis nominais e de volume da Receita Bruta de Revenda do mês com a média mensal obtida no ano de 2003.

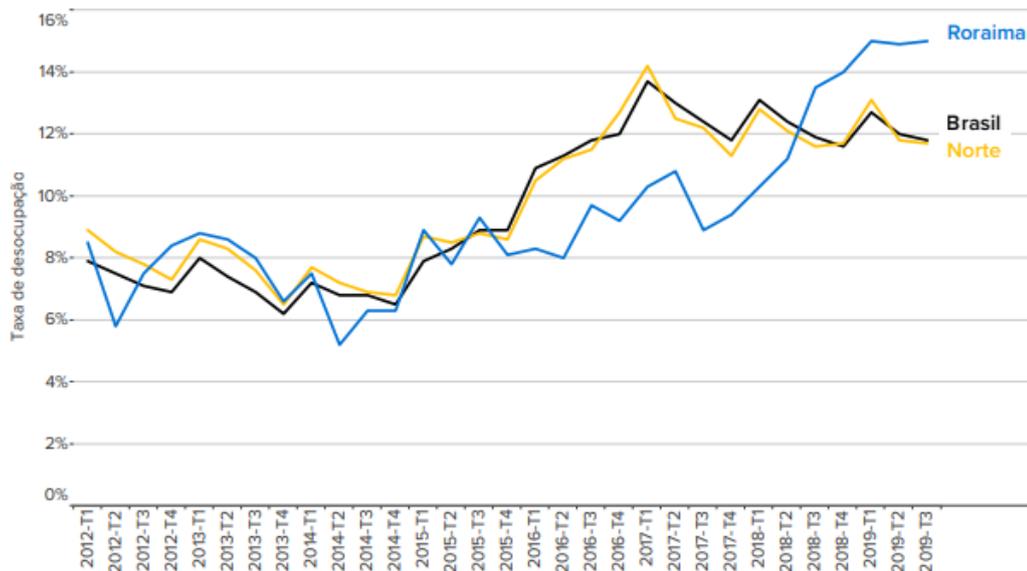
Figura 8 - Volume de vendas do varejo



Fonte: (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2020)

Apesar dos indicadores mostrarem um aumento do consumo no estado de Roraima, movimentando, positivamente, a economia local, o índice de desempregados vem aumentando, principalmente a partir 2018, quando superou a média nacional, conforme apontado na figura abaixo:

Figura 9 - Taxa de desocupação (%), Brasil, Região Norte e Roraima, 2012 a 2019.



Fonte: (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2020)

Logo, a tendência de aumento dos desempregados no estado de Roraima coincide com o crescimento do fluxo migratório de venezuelanos, sugerindo a associação entre estes eventos.

A absorção, pelo mercado de trabalho formal de Roraima, dos refugiados e imigrantes venezuelanos, pode ser observada no quadro abaixo:

Quadro 4 - Admissão e demissão de venezuelanos em Roraima, por ano, 2011 a 2019

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Admitidos	17	29	27	48	111	360	1.289	2.261	2.453
Desligados	10	22	26	31	77	155	581	1.133	1.538
Saldo	7	7	1	17	34	205	708	1.128	915

Fonte: (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2020)

A análise do quadro indica que, até 2015, o saldo entre admitidos e desligados era bem pequeno, sendo exponencialmente aumentado nos anos subsequentes, coincidente com o crescimento do fluxo migratório.

Embora não seja possível afirmar, é provável que o crescimento do fluxo migratório tenha impactado o mercado de trabalho de forma que haja, cada vez mais, brasileiros e venezuelanos em situação de desocupados nas cidades do estado de Roraima, devido ao excesso de mão de obra.

Em março de 2020, por causa da pandemia do COVID-19, a fronteira terrestre entre Pacaraima e Santa Elena de Uiarém foi interditada. A atividade econômica dos municípios de Roraima foi impactada com a restrição à circulação de pessoas, agravando ainda mais o quadro econômico e social destas cidades. Muitos imigrantes venezuelanos foram demitidos de seus empregos aqui no Brasil, e, por falta de condições de pagar os alugueis das residências onde moravam, tiveram que ser despejados.

Nos abrigos das cidades de Pacaraima e Boa Vista, é muito difícil manter o isolamento social, já que estão com lotação máxima, além disso, o atendimento de saúde destas localidades está sendo fortemente impactado com a sobrecarga de pacientes, o que está aumentando os episódios de xenofobia em relação aos imigrantes e refugiados venezuelanos.

Organismos internacionais como a ACNUR, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a OIM têm apoiado os governos municipais com material necessário para a higienização, porém, em muitos abrigos há restrições ao acesso a

água, o que dificulta uma adequada proteção contra o Corona vírus, acarretando em um gradual aumento dos casos de infecções e mortes entre os venezuelanos (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2020).

Portanto, o crescente número de refugiados e imigrantes venezuelanos que entram diariamente em território brasileiro traz na bagagem muitos desafios para todas as esferas dos poderes do Estado, que, mesmo com o apoio de organismos internacionais e nacionais, e da iniciativa privada, ainda encontra uma série de dificuldades para gerir os problemas que crescem exponencialmente.

6 CONCLUSÃO

Com uma economia, desde a década de 1920, fortemente dependente dos lucros advindos da exploração de hidrocarbonetos, principalmente do petróleo, a Venezuela teve momentos históricos de forte crescimento econômico, proporcionando uma qualidade de vida a sua população que chegou a ser exemplo na América Latina, porém, por outro lado, quando havia queda no consumo ou nos valores da commodity no mercado internacional, também ocorria um desequilíbrio econômico, que normalmente atingia a camada da sociedade mais pobre, já que a riqueza proporcionada pelo “ouro negro” nunca foi bem distribuída, ficando as elites, representadas por uma parcela do governo, classe burguesa e empresas estrangeiras, com a maior parte dos rendimentos.

Ao analisar-se a história da Venezuela é possível concluir que ela é repleta de conflitos internos e golpes para tomada do poder central, e um dos principais motivos é justamente a insatisfação popular pela má distribuição da renda petrolífera, desde as camadas mais baixas, incluindo, também, a classe média e os militares, que sempre exigiram maior participação política e direitos sociais.

A década de 1980 representou um importante ponto de inflexão econômica na sociedade venezuelana, decorrente da derrocada dos valores do barril de petróleo no mercado internacional, que fomentou o aumento da desigualdade social e miséria, conduzindo o país à catástrofe econômica, social e política, e ao término do pacto de *Punto Fijo*, abrindo caminho para o populismo, representado pela ascensão ao poder de Hugo Chaves.

Chaves pretendia reconstruir a república, através de uma melhor distribuição da renda oriunda do lucro da venda do petróleo, da diversificação da economia e da implantação de uma democracia baseada na melhoria da qualidade de vida do povo venezuelano, e do combate às elites nacionais e internacionais, que, segundo a sua retórica, eram os responsáveis pelo sofrimento da população.

Para atingir seus objetivos, Hugo Chávez conseguiu moldar uma nova Constituição para a Venezuela, aumentando seus poderes como mandatário do país, bem como, ampliando seu mandato para seis anos, e a possibilidade de reeleição para um mandato consecutivo, que, posteriormente, passou a não ter mais limites de reeleição. Além disso, enfraqueceu os partidos que representavam a oligarquia, e acabou com o congresso bicameral, ao instituir uma Assembleia Legislativa Nacional, composta de uma única Câmara. Estas alterações

possibilitaram seu projeto político de implantar o “Socialismo do Século XXI” na Venezuela, e podem ser consideradas como os fatos portadores de futuro para a crise que, atualmente, atinge, severamente, a população venezuelana.

Os programas sociais implantados no governo Chávez, em um primeiro momento, conseguiram reduzir os indicadores de pobreza e de mortalidade infantil, e foi a forma que ele encontrou para fazer uma melhor distribuição de renda, contudo, sem ter conseguido fazer a diversificação da economia, que continuou fortemente dependente do preço do barril de petróleo. A partir de 2008, com o recrudescimento da queda internacional do preço da commodity, a pobreza e as desigualdades sociais voltaram a atormentar a sociedade venezuelana, sendo que, nos seus dois últimos anos de governo, isto foi o estopim para diversas manifestações populares, fomentadas pelos opositoristas.

Logo, ao falecer em 05 de março de 2013, Hugo Chávez deixou de legado ao seu sucessor, Nicolas Maduro, uma Venezuela que tinha os principais órgãos públicos aparelhados pela máquina do PSUV, principalmente, a Assembleia Nacional, o Supremo Tribunal de Justiça e a cúpula das Forças Armadas do país, causando o esvaecimento da democracia, o aumento do autoritarismo, e a rejeição da grande maioria da comunidade internacional pelo modelo de “Socialismo do Século XXI”.

Nicolás Maduro assumiu o poder com baixo apoio popular, configurado pela pequena diferença de votos que teve em relação ao seu adversário político Henrique Capriles, conseqüentemente, pode-se inferir que houve uma aversão de parcela significativa da população ao chavismo, principalmente, devido ao caos social e econômico no qual mergulhou o país, e do qual até hoje, não conseguiu emergir.

Maduro conseguiu aumentar ainda mais o abismo democrático ao aprovar leis que o permitiam comandar o país por decreto. Assim, conseguiu aumentar os salários dos militares a patamares 60% maiores do que no governo Chávez, e concedeu promoção a vários membros da cúpula militar, conseguindo apoio do meio castrense, o que tem sido fundamental para sua permanência no poder.

No campo econômico, ao determinar a diminuição da margem de lucro dos comerciantes e produtores, causou a falência de diversos estabelecimentos comerciais, fechou vários postos de emprego, e aumentou o desabastecimento de produtos básicos, como remédios, alimentos e papel higiênico, que desapareceram das prateleiras dos supermercados e farmácias. Como consequência do controle

artificial do câmbio, a hiperinflação assolou o país, trazendo em seu bojo cada vez mais miséria e fome à população.

No âmbito internacional, Maduro não conseguiu angariar muitos países dispostos a enfrentar o seu influente adversário os EUA. Apenas os países com problemas ideológicos ou geopolíticos com os norte-americanos se arriscaram para, nos fóruns internacionais, defenderem a maneira como o Presidente venezuelano está conduzindo seu país. Para a grande maioria dos países, houve uma ruptura da ordem constitucional na Venezuela, e o governo do país caribenho está atuando com violência na repressão às manifestações populares, perdendo legitimidade. Como resultado, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL, por atitudes antidemocráticas que violam o estatuto da entidade, complicando ainda mais a sua situação econômica.

Neste contexto, como maiores apoiadores do atual regime venezuelano, destacam-se a Rússia e a China. A Rússia tem ambições geopolíticas de conseguir um reposicionamento e reintegração como uma das grandes potências no sistema internacional multipolar, enquanto que a China tem interesses econômicos e geopolíticos de expansão no mercado latino americano, principalmente, por causa do fornecimento de commodities. Ambos encaram como uma excelente oportunidade a crise venezuelana, pois, ao apoiar Maduro, utilizam o país caribenho como tabuleiro para rivalizar com os EUA, e ampliam sua influência geopolítica na América Latina, região tutelada pelo seu maior rival global.

Por outro lado, os EUA tentam se salvaguardar da expansão de influência dos chineses e russos sobre a Venezuela, retomando princípios previstos na doutrina Monroe como justificativas para a segurança hemisférica, e para os interesses norte-americanos de permanência como única potência suprema na região. Para tanto, através de sanções econômicas e políticas, conseguiu o isolamento internacional do governo de Nicolás Maduro, e afetou diretamente a economia venezuelana, com o objetivo de obter o enfraquecimento político e a substituição do atual Presidente, por qualquer outro que seja alinhado com seus interesses.

Portanto, o Presidente Nicolás Maduro perdeu completamente as condições de governabilidade, e criou um ambiente no qual as suas atitudes antidemocráticas causaram um imenso desgaste de legitimidade, com a conseqüente rejeição de grande parcela da comunidade internacional, isolando o seu país, e causando fortes

desequilíbrios econômicos, que são os principais motivos para a crise social que está fazendo milhões de venezuelanos buscarem melhores condições de vida em outros países, em um dos maiores êxodos já presenciados em solo sul-americano.

Ao analisar os impactos que este êxodo causou na Região Norte do Brasil, conclui-se que, por tratar-se de uma região com alto índice de pobreza, não houve como absorver, de imediato, todo o fluxo de imigrantes e de refugiados venezuelanos que, desde 2015, passou a, diariamente, cruzar a fronteira em busca de melhores condições de vida.

As cidades que mais sentiram os impactos foram Pacaraima e Boa Vista, ambas no estado de Roraima. A primeira porque é a porta de entrada dos imigrantes e refugiados, já que faz fronteira com a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén, e, portanto, por onde passa a grande maioria do fluxo de imigrantes, e a segunda por ser a capital do estado e ter melhor estrutura para receber e alojar os venezuelanos.

Pacaraima, que possui aproximadamente 17.400 habitantes, recebeu, entre 2015 e 2016, cerca de 30.000 venezuelanos, que foram se espalhando pela região Norte, principalmente para Boa Vista. Essa entrada em massa trouxe graves problemas de saúde pública, pois não havia infraestrutura adequada para receber tão elevada demanda por atendimento médico, além disso, acarretou no aumento de casos de doenças infectocontagiosas na região, inclusive de algumas que já eram consideradas erradicadas no Brasil, como o sarampo, tendo como consequência direta a perda da Certificação de País Livre do Sarampo, da Organização Pan-Americana de Saúde.

A falta de profissionais de saúde, leitos e medicamentos, profissionais de suporte administrativo, técnico e operacional, impactou a qualidade do serviço prestado nas unidades de saúde de tal maneira que forçou o governo do estado de Roraima a decretar Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, no município de Pacaraima, e, na capital do estado, Boa Vista, com o principal objetivo de conseguir apoio do governo federal.

Outro impacto observado nos municípios próximos da fronteira foi o aumento da criminalidade. Com uma extensa fronteira terrestre com vários países sul-americanos, o Brasil é extremamente vulnerável a penetração em território nacional de criminosos de toda a espécie, principalmente narcotraficantes. Em Roraima, o que foi observado é que presidiários venezuelanos, pela total falta de condições dos

presídios, têm sido liberados, vindo cometer crimes em solo brasileiro. A entrada é feita por trilhas que desbordam o controle fronteiriço, tornando impossível ter a real dimensão do problema.

O aumento da criminalidade já causou alguns episódios de revolta da população roraimense, resultando em violentas agressões à venezuelanos e na expulsão de alguns destes de volta para o seu país. Outro problema observado foi que a falta de condições das cidades em absorver o elevado fluxo de venezuelanos nos mercados de trabalho, faz com que muitos destes permaneçam nas ruas mendigando ou, em alguns casos, se prostituindo. Conclui-se que os casos de xenofobia e de disseminação de mensagens falsas sobre venezuelanos foi a forma encontrada pela população para demonstrar medo e repúdio em relação ao que alguns consideram como uma invasão estrangeira que esta afetando a qualidade de vida das suas famílias.

Como a tendência de aumento dos desempregados no estado de Roraima coincide com o período em que ocorreu o crescimento do fluxo migratório de venezuelanos, é possível inferir que haja uma associação entre estes eventos. Logo, devido ao excesso de mão de obra, há uma quantidade cada vez maior de brasileiros e venezuelanos em situação de desocupados nos municípios do estado de Roraima, com reflexos negativos para a população.

Os municípios da região Norte também estão sofrendo impactos negativos em relação à educação, principalmente em Roraima. O súbito aumento de venezuelanos matriculados nas escolas municipais e estaduais tem afetado a qualidade do ensino, sobrecarregando a estrutura administrativa e aumentando a demanda por verbas para manter um mínimo de condições de funcionamento.

Apenas em 2018, três anos após o início da crise migratória venezuelana em Roraima, é que houve uma soma de esforços no âmbito federal, estadual e municipal para mitigar os efeitos do êxodo de nossos vizinhos.

A estratégia adotada foi a de interiorizar os venezuelanos das cidades próximas da fronteira para as demais regiões do país, a fim de reduzir a pressão que tanto estava impactando a população. Para tanto, houve uma conjugação de esforços de entes federativos, estaduais e municipais, bem como o apoio de ONGs, organismos da ONU, instituições privadas e religiosas, em uma operação de ajuda humanitária inédita no Brasil, a Operação Acolhida.

Estima-se que os custos com a Operação Acolhida, até 2019, estejam na casa de R\$500 milhões, gastos com o fornecimento de assistência médica, alimentação, segurança, treinamento de pessoal, material para construção de abrigos, e no transporte terrestre e aéreo dos imigrantes e refugiados venezuelanos.

Porém, apesar dos esforços da Operação Acolhida terem diminuído os impactos em Roraima, o ritmo da interiorização ainda é muito moroso, fazendo com que ainda haja um número muito grande de imigrantes e refugiados venezuelanos em abrigos improvisados em Pacaraima e Boa Vista, ou perambulando pelas ruas destas cidades.

A América do Sul, atualmente, é uma região com grande possibilidade de ter outros países, fronteiros com o Brasil, com problemas econômicos e sociais similares aos dos venezuelanos, e cujas populações, em busca de melhor qualidade de vida, poderão ter que buscar refúgio em cidades brasileiras.

Ao analisar os desafios que as autoridades brasileiras tiveram que enfrentar para receber e alojar com dignidade os venezuelanos que aqui vieram em busca de refúgio e melhoria das condições de vida, percebe-se que são necessários muitos aprimoramentos nas políticas públicas que foram colocadas em prática, bem como, a elaboração de outras, de forma a não impactar tão severamente as cidades brasileiras que dividem fronteira com os demais países sul-americanos, e que, via de regra, em termos econômicos e sociodemográficos, têm muita similaridade com os municípios impactados diretamente pela crise de refugiados venezuelanos, como Pacaraima e Boa Vista.

Logo, da crise na Venezuela, e com relação aos seus impactos na região Norte do Brasil, pode-se extrair uma série de ensinamentos e possibilidades de melhoria através de elaboração de políticas públicas, como as que serão propostas a seguir:

a) Houve, inicialmente, uma morosidade na união de esforços entre as esferas municipais, estaduais e federal para, em conjunto, buscar soluções para o problema que estava, desde 2014, se desenhando na fronteira com a Venezuela.

Em que pese o ineditismo do evento, não há condições de deixar a solução de tão complexa situação a cargo de pequenas cidades fronteiriças, que não possuem a infraestrutura necessária para estabelecer políticas públicas que possam mitigar os problemas decorrentes de um evento de tamanha proporção.

A estratégia de interiorização de imigrantes e refugiados tem se mostrado fundamental para retirar a sobrecarga no acolhimento dos mesmos das cidades próximas da fronteira. Porém, o estabelecimento de abrigos temporários dentro das cidades fronteiriças não resolveu os seus problemas, pelo contrário, a permanência de cerca de 8.500 venezuelanos abrigados em acampamentos improvisados, e sem infraestrutura como abastecimento regular de água e saneamento, pode trazer doenças e outros problemas de cunho social e econômico para estas cidades.

Assim, em casos semelhantes, sugere-se a adoção da mesma estratégia de interiorização, porém, deve haver um tempo máximo, por exemplo, uma semana, para a permanência dos refugiados e imigrantes, após a sua triagem, em abrigos provisórios, que devem ser instalados afastados das cidades fronteiriças, de forma que não interfiram com a rotina normal destas pequenas cidades.

b) Ainda no escopo da interiorização, propõe-se a elaboração de políticas públicas específicas visando facilitar a integração dos refugiados e imigrantes à sociedade dos estados e municípios que os receberem, incluindo, também, políticas públicas que proporcionem uma efetiva supervisão e acompanhamento dos empregos formais disponibilizados, mitigando a possibilidade de exploração excessiva e de trabalho análogo à escravidão.

c) Visando dar melhores oportunidades de recolocação no mercado de trabalho brasileiro, e proporcionar a ampla integração econômica e social, após a interiorização dos refugiados e imigrantes, podem ser oferecidos cursos técnicos e profissionalizantes, implementando políticas públicas de qualificação profissional que busquem uma aproximação com a iniciativa privada e com instituições como as do Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

d) Ainda na seara da educação, visando a oportunizar o acesso dos refugiados e imigrantes, especialmente crianças e adolescentes, o Ministério da Educação poderia criar políticas públicas que desburocratizem as exigências documentais, mormente àquelas relativas à tradução e validação dos históricos

escolares e diplomas dos países de origem. Esta medida valorizaria os conhecimentos já agregados e seria um estímulo à continuidade dos estudos.

e) Ao analisar como o problema de saúde pública foi se ampliando conforme aumentava o fluxo de imigrantes e refugiados, impactando de tal forma Pacaraima e Boa Vista que houve a necessidade do governo estadual decretar Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, conclui-se que é necessário a federalização da saúde, com a atuação direta do Ministério da Saúde, para atender situações de crise similares, e coordenar os esforços com os estados e municípios, e, também, aproveitar os conhecimentos adquiridos pelas Forças Armadas e pelas Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios no combate ao Corona Vírus, com a montagem e operação de Hospitais de Campanha, para, em casos semelhantes, de forma imediata e pró-ativa, instalar e operar as referidas estruturas justapostas aos abrigos provisórios, que, como já explicitado anteriormente, deverão ser instalados afastados das cidades, para mitigar possíveis interferências com a rotina das mesmas.

f) Visando cumprir as determinações previstas na Lei 9.474/1997, bem como, na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, propõe-se o planejamento de políticas públicas, elaboradas pelo Ministério da Cidadania em coordenação com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, de forma a incluir, em casos similares aos da crise venezuelana e em caráter emergencial, os imigrantes e refugiados, que preencham os requisitos obrigatórios, nos programas sociais e assistenciais do Governo Federal, em igualdade de condições com os brasileiros, conforme previsto nos citados diplomas legais.

g) Pela perspectiva das relações políticas com a Venezuela, pode-se inferir que a postura ideológica adotada pelo Brasil afastou a possibilidade de diálogo e intermediação com o governo de Nicolás Maduro, deixando espaço para que atores externos ao contexto sul-americano tenham atuação direta, podendo influenciar nos rumos de um país fronteiriço com o nosso país. No entendimento do autor deste trabalho acadêmico, questões ideológicas não podem afastar o Brasil de ter um posicionamento natural de liderança no seu entorno estratégico.

Para tanto, em que pese manter o entendimento de não interferência em questões internas dos países, e não sobrepujar a soberania de cada um, o posicionamento como líder estratégico em questões similares ao caso venezuelano

deveria constar em documentos de alto nível, como a PND, a END e o Livro Branco de Defesa Nacional, bem como, documentos similares adotados pelo Ministério das Relações Exteriores, expressando claramente o papel que nosso país deve desempenhar nas questões regionais, como ocorre nos documentos de alto nível norte-americanos, principalmente em sua Estratégia de Segurança Nacional, onde fica claro o entendimento dos EUA sobre como proceder no caso de algum problema que ameace a segurança do país.

Por fim, o caso venezuelano é um exemplo de que questões internas de um país podem ter o potencial de criar ameaças em todas as expressões do Poder Nacional dos demais países continentais, sendo necessário um engajamento mais efetivo e um esforço coletivo para não permitir que isto ocorra, ou seja, que não haja um transbordamento de uma crise interna de um país além de suas fronteiras. Para tanto, o fortalecimento de blocos políticos e econômicos regionais, como UNASUL e MERCOSUL, são essenciais para a mediação de crises, adotando medidas que não permitam o transbordamento fronteiriço das mesmas, e ajudando na solução pacífica das controvérsias.

REFERÊNCIAS

- OS ANOS caóticos da Venezuela de Maduro. **O Globo**. [S.l.]. 14 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/os-anos-caoticos-da-venezuela-de-maduro-23358645#ixzz6S6Xq38W5>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- BARROS, Pedro Silva. **Chávez e petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana**. In: Cadernos PROLAM/USP, vol. 2, p. 209-237. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81813>. Acesso em: 15 maio 2020.
- BASTOS , Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. **Venezuela em crise: o que mudou com Maduro**. Derecho y Cambio Social, 2018. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista052/VENEZUELA_EM_CRISE.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.
- BORGES, André . Venezuela: Gastos do Brasil com refugiados chegam a R\$ 265,2 milhões. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/ven/noticia/32569/VENEZUELA-Gastos-do-Brasil-com-refugiados-chegam-a-R%24-265-2-milhoes/>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- BRANDÃO, Marcelo. Todas as opções estão na mesa, diz Trump sobre Venezuela. **Agência Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/todas-opcoes-estao-na-mesa-diz-trump-sobre-venezuela>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- BRASIL. Casa Civil. **Operação Acolhida**. Brasília, DF: Casa Civil, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2016a. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, § 3º). Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 15822, 23 jul. 1997. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9474-22-julho-1997-365390-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2016b. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, § 3º). Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro-branco-de-defesa-nacional-consulta-publica-12122017.pdf> . Acesso em: 29 abr. 2020.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Convocação de assembleia constituinte na Venezuela**. Brasília, DF: MRE, 2017. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16982-convocacao-de-assembleia-constituente-na-venezuela>. Acesso em: 24 jul.2020.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2016c. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, § 3º). Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRICEÑO-LEON, R; CAMARDIEL, A; PERDOMO, G. **Los nuevos rostros de la violencia: Empobrecimiento y letalidad policial**. Caracas: Editorial Alfa, 2019.
BRITO, Débora. Governo de Roraima decreta emergência com aumento de fluxo de venezuelanos. **Agência Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/governo-de-roraima-decreta-emergencia-com-aumento-de-fluxo-de-venezuelanos>. Acesso em: 31 jul. 2020.

CASTEDO, Antía. Crise na Venezuela: O que muda com o apoio de 42 países ao autoproclamado presidente Juan Guaidó. **BBC**. [S.I.], 9 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47162680>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CHAGAS, Vivianne. **Venezuela: uma economia sancionada**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais Estudos Sul-Americanos) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2019.

CHINA. **Livro Branco da Estratégia Militar da China**. Conselho de Estado- República Popular da China: República Popular da China, 2015. Disponível em: http://english.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm, Acesso em: 25 jul. 2020.

CHINA. **Full text of China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. The State Council - The People's Republic of China, 2016. Disponível em: http://english.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm, Acesso em: 27 jul. 2020.

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. **O rentismo petrolero e seus impactos para a política externa venezuelana (1927-2013)**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

COM AGENTES e espões, Cuba influencia crise na Venezuela. **Gazeta**. [S.I.], 30 jan. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/mundo/com-agentes-e-espoes-cuba-influencia-crise-na-venezuela-0119>. Acesso em: 05 ago. 2020.

CONSTITUINTE de Maduro é repudiada pela comunidade internacional. **Veja**. [S.I.], 30 jul. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/leopoldo-lopez-pede-ao-mundo-que-rejeite-constituente-de-maduro/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CORAZZA, Felipe; MESQUITA, Lígia. Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história. **BBC News Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515/embed>. Acesso em: 16 mar. 2020.

ENTENDA a crise na Venezuela: da reeleição de Maduro à tentativa de tirá-lo do governo. **G1**. [S.l.]. 30 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/30/entenda-a-crise-na-venezuela-da-reeleicao-de-maduro-a-tentativa-de-tira-lo-do-governo.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2020.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas**, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. Rio de Janeiro : FGV- DAPP, 2020. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/73853>. Acesso em 20 ago. 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Migrantes e refugiados recebem itens de higiene para se proteger do corona vírus**. [S.l.], Unicef Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/migrantes-e-refugiados-recebem-itens-de-higiene-para-se-proteger-do-coronavirus>. Acesso em: 21 ago. 2020.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GARCIA, Maria Fernanda . **82% da região Norte do Brasil não tem serviços de saneamento básico**. Observatório do Terceiro Setor, 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/82-da-regiao-norte-do-brasil-nao-tem-servicos-de-saneamento-basico/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

GOTT, Richard. **À sombra do libertador: Hugo Chávez Frias e a transformação da Venezuela**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique. **Venezuela: visões brasileiras**. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2003. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/257-Venezuela_Visoos_Brasileiras.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.

GUIMÓN, Pablo; MANETTO, Francesco. **EUA acusam Maduro de narcotráfico e oferecem 15 milhões de dólares por informações que o levem à prisão. El País**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-26/eua-acusam-maduro-de-narcotrafico-e-oferecem-15-milhoes-de-dolares-por-informacoes-que-levem-a-detencao.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**. Brasília, DF: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>. Acesso em: 22 ago. 2020.

IGLECIAS, W; CARDOSO, E. W.; STREICH, R. N.. **Estratégias de desenvolvimento em questão: o debate sobre o papel do Estado no Brasil, México e República Bolivariana da Venezuela, 1989-2010**. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, 2014. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36673/S2014189_pt.pdf?sequence=1. Acesso em: 14 maio 2020.

JINPING, Xi. **Build a Community of Shared Destiny for Common Progress**. Discurso do Presidente da República Popular da China. Encontro de Líderes da China-América Latina e Caribe. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t1184869.shtml, Acesso em: 25 jul. 2020.

JONES, Bart. **Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente**. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

JÚNIOR, Augusto W. M Teixeira. **A geopolítica da China na crise da Venezuela**. Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2019a. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/2587>. Acesso em: 15 mar. 2020.

JÚNIOR, Augusto W. M Teixeira. **Geopolítica e postura estratégica da Rússia na crise da Venezuela**. Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2019b. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/2587>. Acesso em: 15 mar. 2020.

JÚNIOR, Augusto W. M Teixeira. **Geopolítica e postura estratégica dos Estados Unidos na crise da Venezuela**. Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2020. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/2587>. Acesso em: 15 mar. 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2020**. Nova York: HRW, 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/336670>. Acesso em: 31 jul. 2020.

LISSARDY, Gerardo. Os EUA podem realmente invadir a Venezuela?. **BBC**. [S.l.], 05 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48143194>. Acesso em: 05 ago. 2020.

LOPES, Ademil Lúcio. **O governo Chávez e o ensaio de superação do rentismo venezuelano: do nacionalismo bolivariano ao socialismo do século XXI**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106288>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MEZA, ALFREDO. Chavismo obtém vitória polêmica nas eleições estaduais da Venezuela. **El País**. Caracas, 16 out. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/16/internacional/1508122348_405331.html. Acesso em: 04 ago. 2020.

NICOLETTI, Deputado. **1º Relatório da Comissão Externa Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil**. Câmara dos Deputados - Comissão Externa destinada a tratar da crise na Venezuela, em especial na fronteira com o Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1774525&filename=REL+1/2019+CEXVENEZ. Acesso em: 05 Ago. 2020.

OPOSITOR Leopoldo López pega 13 anos de prisão na Venezuela. **G1**. [S.l.], 11 set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/opositor-leopoldo-lopez-e-pega-13-anos-de-prisao-na-venezuela.html>. Acesso em: 03 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO. **Breve história**. [S.l.]. OPEP, 2020. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm. Acesso em: 15 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Deslocamentos assistidos de venezuelanos**. Organização das Nações Unidas. [S.l.]. Subcomitê Federal para Interiorização, 2020. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/default/files/Publications/Informe%20de%20Interioriza%C3%A7%C3%A3o%20_%20Julho%20de%202020.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

PARDO, Daniel. O que se sabe sobre a Silvercorp, empresa que organizou tentativa de sequestrar Maduro na Venezuela. **BBC**. [S.l.], 11 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52616101>. Acesso em: 18 ago 2020.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **A revolução bolivariana e a Venezuela de Hugo Chávez: história e interpretações (1999-2013)**. Revista Eletrônica Tempo Presente, 2014. Disponível em: http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5877:a-revolucao-bolivariana-e-a-venezuela-de-hugo-chavez-historia-e-int. Acesso em: 17 maio 2020.

PINTO, Lara Constantino; OBREGON, Marcelo Fernando Quiroga . **A crise dos refugiados na Venezuela e a relação com o Brasil**. [S.l.]. Derecho y Cambio Social, 2018. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista051/A_CRISE_DOS_REFUGIADOS_NA_VENEZUELA.pdf. Acesso em: 16 mar. 2020.

POLÍCIA FEDERAL. **Imigração Venezuela/Brasil**. Ministério da Justiça e da Segurança Pública. São Paulo: Coordenação-Geral de Polícia de Imigração, 2019. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/apresentcao-policia-federal-ate-abril-de-2019.pdf/view>. Acesso em: 20 ago. 2020.

POR QUE o governo dos EUA acusa Nicolás Maduro de chefiar cartel do narcotráfico. **BBC**. [S.l.], 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52056848> . Acesso em: 24 ago. 2020.

REIS, Tiago. **Consenso de Washington: entenda o que foi esse conjunto de medidas liberais**. [S.l.]. Suno Research, 2019. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/consenso-de-washington/> Acesso em: 30 jul. 2020.

RODRIGUES, Fernando. **A fronteira do Brasil com a Venezuela**. [S.l.], Poder360, 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/infograficos/a-fronteira-do-brasil-com-a-venezuela/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ROSSI, Amanda. Crise na Venezuela: o que é o Grupo de Lima, que reúne representantes de 14 países. **BBC news Brasil**. São Paulo, 25 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47339120> . Acesso em: 20 ago. 2020

ROUVINSKI, Vladimir. **Russian-Venezuelan Relations at a Crossroads**. [S.l.]. Instituto Kennan, 2019. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/russia-venezuela_report_rouvinski_final.pdf, Acesso em: 26 jul. 2020.

SALÁRIO mínimo na Venezuela chega a R\$ 26, mesmo com alta de 77,7%. **UOL**. [S.l.], 27 abr. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2020/04/27/salario-minimo-na-venezuela-chega-a-us-46-mesmo-com-alta-de-777.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SANTORO , Luiza Elena Barroso. **O desenvolvimento econômico da Venezuela no governo de Hugo Chávez- 1999-2007**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5157/1/LEBSantoro.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

SEELKE, Clare Ribando. **Venezuela: Overview of U.S. Sanctions**. Washington, D.C.: CRS, 2020 Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF10715> . Acesso em: 21 ago. 2020.

SIMÕES, G. et al. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: CNIg, 2017. Disponível em: <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/publicacoes-obmigra>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SINGER, Florantonia. Banco Central da Venezuela reconhece que o PIB caiu 52% sob Maduro. **El País**. Caracas, 29 maio 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/29/economia/1559099315_404810.html. Acesso em: 23 jul 2020.

STEFFAN, Heinz Dieterich. **El Socialismo del Siglo XXI**. [S.l.:s.n.].1996. Disponível em: <https://zoonpolitikonmx.files.wordpress.com/2014/01/heinz-dieterich-steffan-el-socialismo-del-siglo-xxi.pdf>. Acesso em 16 maio 2020.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **Uma política para o continente: reinterpretando a Doutrina Monroe**. Revista Brasileira de Política Internacional vol.57. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292014000200115&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 27 jul. 2020.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2019**. Department of Economic and Social Affairs. New York: UN, 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Line/862>
Acesso em: 20 ago.2020.

UNITED STATE OF AMERICA. **National Security Strategy of the United States of America**. [S.l.]:The White House, 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

VAZ, Alcides Costa. **A crise venezuelana como fator de instabilidade regional**:Perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços.[S.l.]: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2017. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/ceeexae/article/view/1171>
Acesso em: 15 jun. 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VILARDAGA, Vicente. A fronteira da vergonha. **Isto é**. [S.l.], 27 ago. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-fronteira-da-vergonha/>. Acesso em: 03 ago. 2020.

WEBER, leonardo albarello. **Política externa e integração regional**: o projeto da Venezuela para a América latina. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/08/1499737026_arquivo_artigoabri-leonardoweber.pdf. acesso em: 18 jun. 2020.

WILLIAMSON, Edwin. **História da América Latina**. Lisboa: Edições 70, 2013.